

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ISABELLA MOREIRA DOS SANTOS

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: UM ESTUDO DE
CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO
SENSÍVEL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

**BELO HORIZONTE
2016**

ISABELLA MOREIRA DOS SANTOS

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: UM ESTUDO
DE CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO
SENSÍVEL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Cátia Rodrigues Barbosa.

**BELO HORIZONTE
2016**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer minha generosa orientadora, Prof. Dra. Cátia Rodrigues Barbosa (ECI), não somente pela dedicação, comprometimento e apoio mas, principalmente, pelo carinho, paciência e confiança, durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade, cordialidade e contribuição, em especial, ao Professor Francisco Vidal (FACE), à Professora Renata Baracho (ECI) e ao Professor Max Mattos (ECI).

À todos os professores, do Programa de Pós-Graduação da Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, que se dedicam à incentivar o espírito investigativo dos pesquisadores e à acolher todos os alunos.

Às secretárias Nelly, Gisele e Carolina, pelo eficiente atendimento aos alunos, de forma sempre prestativa, competente e carinhosa.

Com muita honra, agradeço a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em especial a Superintendência do Estado de Minas Gerais que, através de seus competentes colaboradores, possibilitaram a realização dessa pesquisa, com abertura ao diálogo, acesso à informação e acolhimento generoso de todos, destacando a cordialidade do Dr. Hugo Lazar, Tadeu Lery, Antônio dos Santos, Alessandra de Castro e Carolina.

Aos meus colegas e amigos, com quem compartilhei minhas angústias, ansiedades, entusiasmos e alegrias. Em especial, ao meu amigo Diógenes, pela confiança e apoio incondicional; à Tatiana, pela bondade do coração e brilho da inteligência, expressada pela troca fraterna cotidiana; às minhas “fofoletes” Aline, Chris, Paula e Thiara, pela deliciosa amizade; à Bruna e ao Carlos Augusto, pelo apoio e carinho permanente; à Gilmara, por uma profunda afinidade de alma e; à Amanda Damasceno, novos amigos que me ajudaram, muito, além do esperado. Obrigada pela bela acolhida nessa jornada tão singular!



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO


"A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA"

Isabella Moreira dos Santos


Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Gestão da Informação e do Conhecimento"**.

Dissertação aprovada em: 18 de agosto de 2016.

Por:



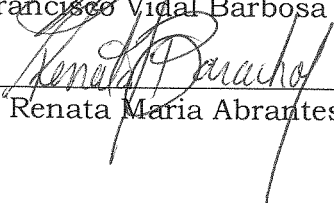
Profa. Dra. Cátia Rodrigues Barbosa - ECI/UFMG (Orientadora)



Prof. Dr. Max Cirino de Mattos - UNA

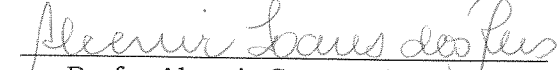


Prof. Dr. Francisco Vidal Barbosa - FACE/UFMG



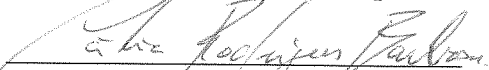
Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora

Versão-final Aprovada por



Profa. Cátia Rodrigues Barbosa
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **ISABELLA MOREIRA DOS SANTOS**, matrícula:
2014670743

Às 14:00 horas do dia 18 de agosto de 2016, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 28/07/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***A ciência da informação e a inteligência de estado: um estudo de caso do programa nacional de proteção do conhecimento sensível da agência brasileira de inteligência***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Cátia Rodrigues Barbosa, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

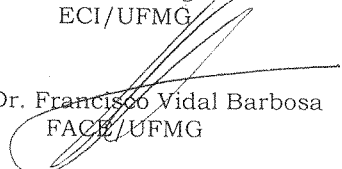
Profa. Dra. Cátia Rodrigues Barbosa - Orientadora	APROVADA
Prof. Dr. Max Cirino de Mattos	APROVADA
Prof. Dr. Francisco Vidal Barbosa	APROVADA
Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

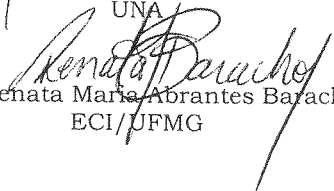
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2016.



Profa. Dra. Cátia Rodrigues Barbosa
ECI/UFMG


Prof. Dr. Francisco Vidal Barbosa
FACE/UFMG


Prof. Dr. Max Cirino de Mattos
UNA


Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

À minha madrinha Magdala Costa que, com sua genialidade, acompanha os passos da minha vida, confiando na minha caminhada e desejando sempre minha felicidade, com todo o seu bom coração.

À minha leal, competente e acolhedora psicanalista Sônia Rodrigues que, sempre apoia o sustentar dos meus desejos de modo a seguir sempre avante, em minha existência!

Ao Nando, meu ex-marido, que com sua sabedoria, força e generosidade, me ofereceu, gratuitamente e cotidianamente – seu amor, coragem e seu doce olhar, que me fez agradecer à Deus, todos os dias, pela Graça do nosso belo encontro.

À minha mãe Angélica, pelo exemplo de força, vitalidade e inteligência. Aos meus irmãos, pela paciência da minha ausência em vários momentos e pela certeza do Amor puro e do querer Bem que existe entre nós, sempre.

E, em especial, a meu pai, Prof. Dr. Pedro Paulo Christovam dos Santos, por me ensinar a viver com razão e fé na morada do Ethos, por sempre me mostrar o caminho em direção à estrela e por me oferecer, incondicionalmente, seu colo de pai: seguro, amoroso e aconchegante.

DEDICATORIA

Dedico este trabalho à todos que, com sua inteligência e liberdade de ser, lutam pela Paz, pela Justiça e pelo Amor, na busca de um mundo cada vez mais democrático, solidário e fraterno.

EPIGRAFE

*“ou você tem uma estratégia própria,
ou então é parte da estratégia de alguém”...
Alvin Toffler*

RESUMO

A presente pesquisa analisa o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) à luz da Ciência da Informação. O objetivo é contribuir com iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da análise das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, uma vez que, apesar de serem áreas de conhecimentos distintos, possuem uma significativa interdependência. Referente ao percurso metodológico, esse se fundamentou no método dedutivo que subsidiou o desenvolvimento de um constructo teórico, a identificação de interfaces e a criação de categorias, no intuito de buscar uma singularidade das análises desenvolvidas, a partir do universal para o particular. As categorias - Contexto Informacional Estratégico; Integração Estratégica da Gestão da Informação e Conhecimento; Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico e; Integridade do Patrimônio Nacional - foram aplicadas no contexto estrutural, sistêmico e informacional do PNPC. Como resultados alcançados, destacam-se: o aprimoramento do sistema de Inteligência como apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas assertivas; a promoção do compartilhamento do conhecimento pela visão integrativa da Gestão da Informação e do Conhecimento; o fortalecimento da cultura de Inteligência Econômica por meio do monitoramento do ambiente informacional; a Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis para valorização da salvaguarda do patrimônio brasileiro.

Palavras-chave: Conhecimento Sensível. Proteção do Conhecimento. Ciência da Informação. Gestão da Informação e do Conhecimento. Atividade de Inteligência. Patrimônio Nacional. Inteligência de Estado. Agência Brasileira de Inteligência

ABSTRACT

This work aims to analyse and to contribute with the National Program for Sensitive Knowledge Protection (NPSKP) of the Brazilian Intelligence Agency by the Science of Information expertise support. In this matter, we consider crossing points between the Science of Information and the Intelligence State, which present relevant interdependences. The methodological approach had the deductive method as an academic manner of reference, which contributed to develop a theoretical construct, to identify revealed interfaces and to create categories which goal is to scrutinize this research theme: the NPSKP. Furthermore, related to the categories it can be mentioned the Strategic Information Contexts, the Strategic Integration of Information and Knowledge Management, the International Economic Environment Monitoring and the Integrity of National Patrimony which were applied in the structural, systemic and informational NPSKP milieu. In this way, we consider this “thesis” main achieved results the intelligence system improvement, the knowledge and intellect development to uphold assertive decision-making strategies, the knowledge sharing encouragement and the enhancement of economic intelligence.

Keywords: Sensitive Knowledge, Knowledge Protection, Information Science, Information and Knowledge Management, Intelligence Activity, Patrimony Intelligence Activity, National Patrimony, State Intelligence and Brazilian Intelligence Agency.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ciclo de inteligência segundo a doutrina brasileira	26
FIGURA 2 - O ciclo de produção do conhecimento	26
FIGURA 3 - Síntese do Sistema de Inteligência	28
FIGURA 4 - Interfaces da Gestão da informação e do Conhecimento com outras áreas de conhecimento	32
FIGURA 5 - Esquema Sintético-Comparativo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (Disbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	39
FIGURA 6 - Esquema Sintético das Categorias de Análise Aplicadas ao PNPC	92

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Sintético das ideias centrais da pesquisa	17
QUADRO 2 – Sintético-Comparativo das modalidades de Inteligência.....	47
QUADRO 3 – As Expressões do Poder Nacional	59
QUADRO 4 – As Categorias de Análise	68
QUADRO 5 – Sintético do PNPC	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abin –	Agência Brasileira de Inteligência
ARENA –	Análise de riscos com ênfase na ameaça
CMPR –	Casa Militar da Presidência da República
CI –	Ciência da Informação
CTA –	Conhecimentos Tradicionais Associados
Disbin –	Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência
ECI-UFMG –	Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
ESG –	Escola Superior de Guerra
EsPIE –	Estágio de proteção da informação empresarial
GIC –	Gestão da Informação e do Conhecimento
CG –	Gestão do Conhecimento
GRI –	Gerência de Recursos Informacionais
NITEG –	Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial
PNPC –	Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
Sisbin –	Sistema Brasileiro de Inteligência
UNINT –	Programa Universidade & Inteligência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: O Contexto Estratégico	21
2 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: Uma Visão Estratégica	30
3 A PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL E A CONTRAINTELIGÊNCIA DE ESTADO: Um Instrumento Preventivo	42
4 O PATRIMÔNIO E AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL: Uma Abordagem Abrangente.....	55
5 METODOLOGIA	63
6 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL (PNPC) – UM ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DE RESULTADOS.....	69
6.1 Contexto Informacional Estratégico.....	75
6.2 Integração Estratégica da GIC	78
6.3 Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico.....	81
6.4 Integridade do Patrimônio Nacional	86
6.5 Esquema Sintético das Categorias de Análise Aplicadas ao PNPC	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	97
BIBLIOGRAFIA.....	103

INTRODUÇÃO

A mudança de paradigma político-econômico e social da sociedade contemporânea nos exige uma capacidade de flexibilidade e rapidez para a geração de conhecimento como apoio ao processo de tomada de decisão.

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) reconhece que o conhecimento é uma vantagem competitiva e o ativo mais importante das instituições, por isso, aponta que um dos principais desafios deste século, tanto para as organizações quanto para os Estados, é a proteção dos conhecimentos estratégicos nacionais que representam condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos países¹.

O Brasil se destaca na economia mundial por, além de abrigar a maior diversidade biológica do planeta, detêm conhecimentos estratégicos que o transformam em potencial alvo de interesses externos. Por isso, é primordial a adoção de ações e medidas de salvaguarda desses conhecimentos, principalmente, através do fortalecimento de uma cultura de proteção desses ativos². A cultura de proteção, nesse contexto, insere-se no âmbito de uma política de Inteligência de Estado.

O Estado tem papel fundamental no desenvolvimento de uma política de Inteligência que possibilite a proteção do conhecimento com alto valor agregado, a partir de um conjunto de ações de busca, tratamento, difusão e proteção de informações estratégicas, inerentes à atividade de Inteligência de Estado.³

Esses conhecimentos, de alto valor agregado, considerados sigilosos ou estratégicos, cujo acesso não autorizado pode comprometer a consecução dos

1

Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=228. Acesso em: 20/04/15.

² Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=228. Acesso em: 20/04/15.

³ Material impresso de divulgação do PNPC, distribuído pela Abin, no “Encontro com Gestores das Universidades Públicas em Minas Gerais”, promovido pela Superintendência Estadual de Minas Gerais da Agência Brasileira de Inteligência, no auditório do Banco Central, em 26 de novembro de 2014.

objetivos nacionais e resultar em prejuízos ao País, são chamados de conhecimentos sensíveis e necessitam de medidas especiais de proteção.⁴

A Abin, objetivando institucionalizar ações de salvaguarda para os interesses estratégicos da sociedade e do país, de acordo com sua atribuição – estabelecida pelo § 4º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, de “planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade” – criou o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) (BRASIL, 1999).⁵

O PNPC é um instrumento preventivo para a proteção e salvaguarda de conhecimentos sensíveis de interesse da sociedade e do Estado brasileiro⁶.

Nesse sentido, é importante para a nação brasileira considerar o papel do patrimônio brasileiro, inserido nas ações do PNPC. Destaca-se a nossa biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados a ela, que são considerados como componentes estratégicos da soberania nacional por serem reconhecidos pela Inteligência de Estado como alvo de ações de espionagem e biopirataria.⁷

Diante desse contexto, é notória a necessidade do fortalecimento de uma cultura de proteção do conhecimento, considerado sensível. Para tal, é necessária a integração entre Estados e instituições públicas e privadas, no que tange à antecipação de identificação de ameaças e oportunidades, principalmente, para o apoio do processo decisório, em nível estratégico, das diversas esferas empresariais e governamentais.

No sentido de compreender as medidas de proteção do conhecimento sensível, relacionadas à atividade de Inteligência de Estado – especialmente, a Contraineligência – a presente pesquisa visa contribuir à luz da Ciência da

⁴ Material impresso de divulgação do PNPC, distribuído pela Abin, no “Encontro com Gestores das Universidades Públicas em Minas Gerais”, promovido pela Superintendência Estadual de Minas Gerais da Agência Brasileira de Inteligência, no auditório do Banco Central, em 26 de novembro de 2014.

⁵ Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=O_que_%E9_o_PNPC%3F. Consulta realizada em: 25/04/15.

⁶ Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=O_que_%E9_o_PNPC%3F. Consulta realizada em: 25/04/15.

⁷ Material impresso de divulgação do PNPC, distribuído pela Abin, no “Encontro com Gestores das Universidades Públicas em Minas Gerais”, promovido pela Superintendência Estadual de Minas Gerais da Agência Brasileira de Inteligência, no auditório do Banco Central, em 26 de novembro de 2014.

Informação (CI) com a identificação de iniciativas preventivas, relacionadas ao contexto informacional a partir das interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado.

A CI é um campo de estudo cujo objeto demanda diversidade em suas abordagens, pois, segundo Marteleto (2007, p.13-25), em seu artigo “O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos”, o conhecimento deve ser entendido e praticado na CI, a partir do conceito de informação, como elemento da cultura. Esta como criação ou invenção humana. Tendo em vista a informação como elemento da cultura, buscaremos estimular a reflexão dessas questões, inerentes à nossa sociedade, denominada Sociedade da Informação e do Conhecimento, constituída a partir da explosão informacional.

A CI é uma área de conhecimento inter e transdisciplinar pelo fato de que, além do seu objeto demandar diversidade em suas abordagens, estuda os processos relacionados à organização, à produção, à transmissão e ao uso da informação e do conhecimento. Esses processos são abrangentes por abarcarem estudos que envolvem hermenêutica, linguística, mediação, cultura, comunicação, tecnologia da informação, ontologias, gestão, estratégia, processos, pessoas, entre outros.

Nesse sentido, essa Ciência Social Aplicada poderá contribuir com estudos relacionados à atividade de Inteligência de Estado, no que se refere à proteção do conhecimento sensível, objetivando minimizar as lacunas percebidas nesse contexto, aprimorar a pesquisa científica nesse campo de conhecimento e fortalecer a sua cultura de proteção.

Assim, a CI e a atividade de Inteligência têm como objeto de estudo o processo que envolve a produção da informação e do conhecimento. Cabe esclarecer:

A atividade de Inteligência é o exercício permanente de ações especializadas orientadas para a obtenção de dados, produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento de autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução e o acompanhamento das políticas de Estado. Engloba, também, a salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da sociedade e do Estado. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004)

A finalidade do processo de produção da informação e do conhecimento tanto na CI como na atividade de Inteligência é o apoio ao processo decisório. Segundo o Conselho Consultivo do SISBIN (2004, p.5) “No mundo moderno, o exercício da atividade de inteligência constitui fator indispensável de assessoria à tomada de decisão”. E ressalta questões relevantes debatidas, também na CI, em relação à proteção e ao compartilhamento das informações e à ética como norteadores de suas ações, alegando que:

Historicamente, a questão do exercício da atividade de Inteligência tem ensejado constantes debates sobre as exigências de sigilo em defesa dos interesses do Estado e sobre as necessidades de transparência dos atos governamentais, uma das características da democracia.

Como resultado desses debates, fica o entendimento de que os serviços de Inteligência devem ser submetidos a convenientes controles, como forma de garantir que as ações governamentais não se sobreponham aos interesses da sociedade e do Estado.

Além desses controles, é imprescindível que a ética oriente as ações inerentes ao exercício da atividade de Inteligência, o que impõe seleção rigorosa de seus profissionais, que, a par de atributos intelectuais e morais, devem ter a plena consciência de que o seu trabalho é destinado à consecução dos mais elevados interesses da Nação. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.5)

Gonçalves (2010), autor de “Atividade de Inteligência e Legislação Correlata”, aponta que uma das concepções mais conhecidas e aceitas sobre inteligência é do professor norte-americano Sherman Kent, descrita numa das obras mais tradicionais sobre atividade de inteligência: *Strategic intelligence for American world policy*, produzida no final da década de 1940, período de profissionalização dos serviços secretos pelo mundo.

Nessa obra, Kent foi o primeiro a sistematizar o conhecimento de inteligência sob a ótica acadêmica, descrevendo a inteligência sob três aspectos: conhecimento, organização e atividade. Para Gonçalves (2010), “esses três aspectos também podem ser entendidos como produto, organização e processo.”

Em relação à atividade de inteligência, Gonçalves (2010) alega que a Inteligência de Estado é muito pouco estudada no Brasil, devido ao preconceito em relacioná-la a serviços secretos com um passado autoritário e repressor e também por ser uma área do conhecimento tremendamente hermética, mas ressalta a importância da atividade de inteligência como instrumento de defesa das instituições democráticas e da sociedade e como apoio ao processo decisório das organizações.

A análise proposta na pesquisa envolve questões referentes à interdependência⁸ da Atividade de Inteligência de Estado com a CI, como Ciência Social Aplicada – que abrange a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência Estratégica, Organizacional, Econômica e o Patrimônio. Esse, no contexto de nossa pesquisa, é considerado conhecimento sensível.

É importante salientar que, na literatura científica, a pesquisa nesse campo é incipiente, sobretudo, por integrar as áreas de conhecimento relacionadas à proteção do conhecimento sensível, proposta pelo PNPC como instrumento preventivo da Inteligência de Estado, com a CI.

A hipótese considerada nesta pesquisa é que há interdependência entre as áreas de conhecimento contempladas. Nesse sentido, elencamos a seguinte questão: de que forma as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível?

O desenvolvimento da pesquisa será norteado pelos seguintes pressupostos:

- i) A Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo da Atividade de Inteligência.
- ii) A Gestão da Informação e do Conhecimento aliada à Inteligência Estratégica⁹, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.
- iii) A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Econômica¹⁰, no âmbito da Contraineligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível.

⁸ Entendemos interdependência como sinônimo de correlação, ou seja, duas ideias que se relacionam entre si e que fazem parte do conceito de interdisciplinaridade compreendida nas Ciências Sociais como o intercâmbio de saberes com vista à complementaridade do conhecimento, para melhor explicar os fenômenos sociais na sua totalidade. O real social é pluridimensional e, por isso, suscetível de ser abordado de diferentes maneiras pelas diversas Ciências Sociais. Estas mantêm entre si relações de interdependência na abordagem aos fenômenos sociais. (Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto, 2003-2016. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/interdisciplinaridade>. Consulta realizada em: 22/04/2016).

⁹ Inteligência Estratégica pode ser definida como a “atividade de uma expressão de Inteligência que tem implicações a longo prazo, geralmente vinculada a formulação de cenários prospectivos”. [Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva - ABRAIC (GONÇALVES; 2010, p.36)]

¹⁰ Inteligência Econômica é “exercida por órgãos do Governo cuja finalidade é a produção de inteligência para o desenvolvimento da vantagem competitiva de um país, bem como a proteção das informações científicas e tecnológicas sensíveis voltadas para a atividade produtiva”. [Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva - ABRAIC (GONÇALVES; 2010, p.36)]

iv) O Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade¹¹.

O objetivo geral da pesquisa é contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da análise das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.

Para o alcance do objetivo geral exposto, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Demonstrar a relação entre a Ciência da Informação e a Atividade de Inteligência.
- b) Demonstrar a relação entre a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência de Estado e a Proteção de Conhecimentos Sensíveis.
- c) Identificar as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.
- d) Analisar as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir de um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Apresentamos o Quadro 1, que sintetiza as ideias centrais da pesquisa:

¹¹ Esclarecemos que o que é considerado conhecimento sensível pela Abin, na nossa pesquisa, será também visto como patrimônio brasileiro, de acordo com o que está explicitado na introdução.

QUADRO 1 – Sintético das ideias centrais da pesquisa

ÁREAS DE CONHECIMENTO ABORDADAS	Ciência da Informação e sua Interdisciplinaridade; Gestão da Informação e do Conhecimento, Inteligência Organizacional, Inteligência Estratégica, Inteligência Econômica; Atividade de Inteligência, Inteligência e Contraineligência de Estado, Proteção do Conhecimento Sensível; Patrimônio, Expressões do Poder Nacional, Salvaguarda Patrimonial.			
HIPÓTESE	Há interdependência entre as áreas de conhecimento abordadas na presente pesquisa.			
Questão da pesquisa	De que forma as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível?			
PRESSUPOSTOS NORTEADORES	A Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo da Atividade de Inteligência.	A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.	A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contraineligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível.	O Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade.
OBJETIVO GERAL	Contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da análise das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Demonstrar a relação entre a Ciência da Informação e a Atividade de Inteligência.	Demonstrar a relação entre a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência de Estado e a Proteção de Conhecimentos Sensíveis.	Identificar as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.	Analisar as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir de um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha dessa temática que busca articular a CI com o Campo da Inteligência de Estado foi motivada pela formação acadêmica, atuação profissional e espírito investigativo da pesquisadora.

Profissionalmente, a pesquisadora teve oportunidades de atuar em alguns setores da economia, tanto públicos como privados, tais como: turismo, mineração,

educação, cultura, exercendo habilidades inerentes ao profissional da Informação – planejamento, gestão de projetos, gestão por processos, administração de sistemas de informação, consultoria de novos negócios e análise de inteligência de mercado.

A partir da graduação, com formação em Administração de Sistemas de Informação, foi possível descobrir a importância da CI na Sociedade pela sua amplitude, aplicabilidade e abertura à reflexão, de maneira inter e transdisciplinar.

A conclusão do curso de especialização em gestão estratégica da informação, oferecido pelo Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial (NITEG) da ECI-UFMG proporcionou a obtenção de novos conhecimentos, abertura à diversidade teórica e aperfeiçoamento da competência informacional.

O processo investigativo, durante o desenvolvimento de pesquisa do trabalho de conclusão de curso “Atividade de Inteligência Aplicada às Organizações: uma abordagem relacional da política de informação” (SANTOS, 2014), foi fundamental para o entendimento do valor estratégico do conhecimento de inteligência, gerado pela atividade de inteligência, dentro de uma organização, seja ela governamental ou não governamental. Dessa forma, foi descoberto um arcabouço teórico rico, vasto e relevante que criou a necessidade de aprofundar no tema e encontrar o agente-propulsor que produz esse tipo de conhecimento primordial que subsidia o processo de tomada de decisão.

A presente pesquisa estrutura-se em seis capítulos que relacionam a Proteção do Conhecimento Sensível com interdependência teórica existentes entre a Ciência da Informação; a Atividade de Inteligência; a Gestão da Informação e do Conhecimento; a Inteligência e Contraineligência de Estado e o Patrimônio.

O primeiro capítulo relaciona a CI com a Atividade de Inteligência, a partir de uma abordagem contextual estratégica existente entre essas áreas de conhecimento, fundamentada no pressuposto de que a Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo da Atividade de Inteligência. Para tal, buscaremos compreender os fenômenos da Atividade de Inteligência que podem ser transpostos para o campo da CI, principalmente, no que tange ao funcionamento de um sistema informacional aplicado à Atividade de Inteligência.

O segundo capítulo relaciona a Gestão da Informação (CI) e do Conhecimento (GIC) com a Inteligência de Estado, a partir de uma abordagem estratégica, existente entre essas áreas de conhecimento, fundamentada no

pressuposto de que a GIC, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência. Para tal, buscaremos compreender os fenômenos da Inteligência de Estado que podem ser transpostos para o campo da CI, principalmente, no que tange à geração de Conhecimento de Inteligência, como apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas para o Estado.

O terceiro capítulo relaciona a Proteção do Conhecimento Sensível com a Contraineligência de Estado, a partir de uma abordagem integrativa de prevenção, existente entre essas áreas de conhecimento, fundamentada no pressuposto de que a GIC, aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contraineligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível. Para tal, buscaremos compreender que fenômenos da Contraineligência de Estado, em seus ambientes informacionais econômicos, também transpostos para a CI, a partir da Gestão das informações e dos conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis que, aliada à Inteligência Econômica, subsidiará o processo decisório de instituições nacionais, públicas ou privadas, que produzem ou custodiam conhecimentos considerados sensíveis para o país.

O quarto capítulo relaciona o Patrimônio com as Expressões do Poder Nacional, a partir de uma abordagem abrangente, fundamentada no pressuposto de que o patrimônio cultural brasileiro abrange os conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade. Para tal, buscaremos compreender que os fenômenos das Expressões Científicas e Tecnológicas podem ser transpostos para a CI, a partir dos ambientes informacionais científicos e tecnológicos, em que o patrimônio está inserido, objetivando a salvaguarda do patrimônio nacional considerado interesse estratégico da Nação.

Após o referencial teórico contido nos quatro primeiros capítulos que objetivam identificar as interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que poderão contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, buscaremos, no quinto capítulo, explicar o percurso metodológico da presente pesquisa que se fundamentou no método dedutivo como instrumento para elencar e analisar as interações entre a CI e a Inteligência de Estado, no que tange à Proteção do Conhecimento Sensível, aliado a um estudo de caso, cuja unidade de análise será o Programa de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), sob a égide da

Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Também são apresentadas as categorias de análise que subsidiarão na contribuição das iniciativas de proteção do conhecimento sensível, a partir das interfaces já identificadas.

O sexto capítulo refere-se à apresentação e análise de resultados que buscaram identificar de que forma as interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da compreensão do PNPC da Abin e das quatro categorias de análise desenvolvidas: Contexto Informacional Estratégico; Integração Estratégica da GIC; Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico e Integridade do Patrimônio Nacional. Como conclusão, será apresentado um esquema sintético-integrativo das categorias de análises aplicadas ao PNPC.

O sétimo capítulo, referente às considerações finais, objetivou concluir a síntese das análises, refletir sobre os resultados obtidos e estimular estudos futuros sobre a temática apresentada nesta pesquisa.

1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: O Contexto Estratégico

Este capítulo aborda os aspectos relacionados à interdisciplinaridade da Ciência da Informação (CI), a partir do contexto informacional estratégico da atividade de inteligência, fundamentado no pressuposto de que a CI é um campo de conhecimento científico para o estudo dessa atividade.

Os aspectos da inter e transdisciplinaridade da CI, como Ciência Social Aplicada, subsidiam a pesquisa, na identificação das interfaces existentes entre essa Ciência e a Atividade de Inteligência, especificamente, a Inteligência de Estado.

No contexto da abordagem inter e transdisciplinar da CI, Marteleto (2007) relaciona informação e cultura, defendendo a inter e a transdisciplinaridade dos campos de estudos da informação, relacionando conceitos em campos distintos, mas demonstrando a importância de se guardar a essência desses conceitos. Neste sentido, a autora lembra que um campo de conhecimento se define a partir de olhares e perguntas que lançamos sobre os próprios fenômenos e complementa que

falar do campo de estudos da informação é postular um olhar próprio desse campo em direção a fenômenos que são muitas vezes olhados por outros olhares, de outros campos, mas que não se confundem com eles, apesar da sua proximidade e compartilhamento disciplinar. (MARTELETO, 2007)

Marteleto (2007, p.25) defende como o conhecimento deve ser entendido e praticado na CI, a partir do conceito de informação, como elemento da cultura:

(Re) situar a cultura no ar do tempo dos fenômenos informacionais implica em entender as suas configurações seja como cenário, fundo, contexto, ambiente, ou como mediação de sentido, discurso, narrativa, território. A informação, afinal, tal como é entendida e praticada na Ciência da Informação, é antes de tudo um fato cultural e político, e não técnico. Sem deixar de lado ou rejeitar o caráter material e funcional do objeto informacional, as perguntas desse campo orientam-se pelos caminhos dos sentidos e das ações humanas, daí a centralidade da cultura em seu território disciplinar, conceitual, epistemológico, social e político.

Retomando a ideia de inter e transdisciplinaridade, explicada por Regina Marteleto (2007), no sentido de “guardar” a essência de campos de conhecimento transpostos para a CI, tomaremos como exemplo o estudo que os autores da CI,

Marta Kerr Pinheiro e Vladimir Brito, desenvolveram sobre a atividade de inteligência.

Kerr Pinheiro e Brito (2013) apontam que existe semelhança entre a atividade de inteligência governamental e a inteligência competitiva estudada nas ciências da informação, pois ambas, além de coletarem, processarem e disseminarem, também possuem como público-alvo a alta cúpula da organização para o processo de tomada de decisão e necessitam de informações em seus ambientes que devem ser monitorados e interpretados continuamente. Os referidos autores enfatizam que, apesar de metodologicamente também serem muito semelhantes, mantêm suas diferenças, de acordo com os aspectos históricos e culturais, inerentes às suas singularidades institucionais, tais como o olhar informacional da inteligência competitiva e a tríade formadora da inteligência de Estado: diplomacia, guerra e policiamento.

Kerr Pinheiro e Brito (2013, p.16) provocam uma discussão entre a inteligência governamental e a inteligência competitiva, afirmando que:

A inteligência governamental é institucionalizada, com delimitações de emprego específicas. É da natureza da atividade de inteligência de estado o enfrentamento com um adversário, no qual existe uma verdadeira guerra informacional entre as partes. Até que ponto as organizações privadas irão conseguir se apropriar da lógica de funcionamento dos serviços de inteligência, mantendo sua diferenciação com as ações típicas de Estado, é uma grande interrogação.

Percebemos que é nítido o posicionamento desses autores, na interlocução da CI com a Atividade de Inteligência, alegando que: “À Ciência da Informação cabe delimitar o campo de envolvimento com a inteligência e a informação de inteligência, com especificidades de tratamento dos diferentes suportes”. Eles, também, demonstram a relação entre CI e Inteligência de Estado, desenvolvendo que o conceito de desinformação, no contexto Estatal, é aplicado sobretudo na Ciência da Informação. Apesar da defesa na interlocução entre essas áreas de conhecimento, Brito (2015, p.22), em sua tese intitulada “Poder Informacional e Desinformação”, afirma que poucos são os estudos na área de CI, relacionado ao tema desenvolvido sobre a Inteligência de Estado, Atividade de Inteligência.

Maciel (2013), em seu artigo intitulado “Pirâmide do Conhecimento: abordagens comparativas entre a Ciência da Informação e Inteligência de Estado”,

defende o entrelaçamento teórico, multidisciplinar de ambos os campos do conhecimento, a partir de uma nova perspectiva sobre os fenômenos da informação e do conhecimento, fundamentada conceitualmente em Aldo Barreto (Ciência da Informação) e Sherman Kent (Inteligência de Estado).

Em “A Condição da Informação”, Barreto (2002) defende a representação, através de uma estrutura piramidal, de fluxos, estoques e conceitos quando vivenciamos a condição da informação, uma analogia ao trabalho de Hanna Arendt, “A Condição Humana”: o saber (labor), o conhecimento (trabalho) e inteligência (ação).

Corroborando com a estrutura piramidal da condição da informação de Barreto, Fernandes (2006), em “Inteligência ou Informações?”, apresenta conceitos universalmente conhecidos e aceitos, referentes ao significado de Inteligência: produto que apoia o processo de tomada de decisões estratégicas, diferentemente de informação. Esse autor, estudioso do campo da Inteligência de Estado, defende o caráter estratégico da atividade de inteligência.

O caráter estratégico da Atividade de Inteligência que subsidia o processo de tomada de decisões estratégicas remete a alguns conceitos básicos relacionados a essa atividade. Esses conceitos contribuirão para a identificação de interfaces com a Ciência da Informação, a partir dos fenômenos informacionais semelhantes ao processo de produção da informação e do conhecimento, apesar de suas diferenças metodológicas.

Gonçalves (2010, p.7), autor de “Atividade de Inteligência e Legislação Correlata”, descreve Inteligência a partir da primeira sistematização do Conhecimento de Inteligência, sob a ótica acadêmica, desenvolvida por Sherman Kent, em três aspectos, assim sintetizados:

Inteligência como produto, conhecimento produzido: trata-se do resultado do processo de produção de conhecimento e que tem como cliente o tomador de decisão em diferentes níveis. Assim, o relatório/documento produzido com base em um processo que usa metodologia de inteligência também é chamado de inteligência. Inteligência é, portanto, conhecimento produzido.
Inteligência como organização: diz respeito às estruturas funcionais que têm como missão primordial a obtenção de informações e produção de conhecimento de inteligência. Em outras palavras, são as organizações que atuam na busca do dado negado, na produção de inteligência e na salvaguarda dessas informações, os serviços secretos.
Inteligência como atividade ou processo: refere-se aos meios pelos quais certos tipos de informação são requeridos, reunidos (por meio de coleta ou busca), analisados e difundidos, e, ainda, os procedimentos para a obtenção de determinados dados, em especial aqueles protegidos, também chamados

de “dados negados”. Esse processo segue metodologia própria, a metodologia de produção de conhecimento, ensinada nas escolas de inteligência por todo o globo.

Para Gonçalves (2010, p.13), diante dessa perspectiva, “inteligência seria a informação processada e analisada com o objetivo de assessorar o processo decisório.”

Esse processo é apoiado pelo produto denominado conhecimento de inteligência.

A Doutrina Nacional de Inteligência¹² considera o conhecimento a partir de duas acepções: processo e produto.

Como processo o conhecimento é a formação de uma imagem de um fato ou de uma situação na mente humana, e pode ocorrer de diferentes modos. Como produto é a representação oral ou escrita de fato ou situação. É assim, a exteriorização de uma imagem sobre um fato ou uma situação antes restrita aos limites da mente que o concebeu. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.22-23.)

No âmbito da Atividade de Inteligência: “Conhecimento é a representação de um fato ou de uma situação, reais ou hipotéticos, de interesse para a atividade de Inteligência, produzida pelo profissional de Inteligência”.¹³

Para a produção desse conhecimento, é indispensável o uso de metodologia e técnicas específicas, orientadas para a prática de ações racionais que evitem ações meramente intuitivas.

A Doutrina Nacional de Inteligência tipifica o conhecimento de acordo com os estados da mente humana em relação à verdade; de acordo com os diferentes graus de complexidade do trabalho intelectual e de acordo com a elaboração de trabalhos relacionados ao tempo passado, presente ou futuro. Esses tipos de conhecimento são denominados informe, informação, apreciação e estimativa.

Segundo o Manual de Inteligência, a atividade de Inteligência se subdivide em dois ramos, que devem ser compreendidos como ligados indissolivelmente: Inteligência e Contraineligência.

¹² A Doutrina Nacional de Inteligência é um conjunto de princípios, conceitos, normas e valores que orienta e disciplina a atividade de inteligência. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN. **Manual de Inteligência**: Doutrina Nacional de Inteligência - Bases Comuns. Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 2004, 44p.)

¹³ CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN. **Manual de Inteligência**: Doutrina Nacional de Inteligência - Bases Comuns. Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 2004, 44p.

A Inteligência objetiva a obtenção, a análise e a disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado.

A Contraineligência objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e as ações de qualquer natureza que ameacem a salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da segurança da sociedade e do Estado. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004,p.14.)

Os processos de obtenção, análise e disseminação de informações que subsidiam o processo decisório são comuns, independentemente do produto denominado conhecimento de inteligência que é gerado a partir do processo de produção desse conhecimento. Por isso, a compreensão do contexto informacional estratégico da atividade de inteligência é essencial para o bom funcionamento do ciclo de inteligência, o que explicaremos em seguida.

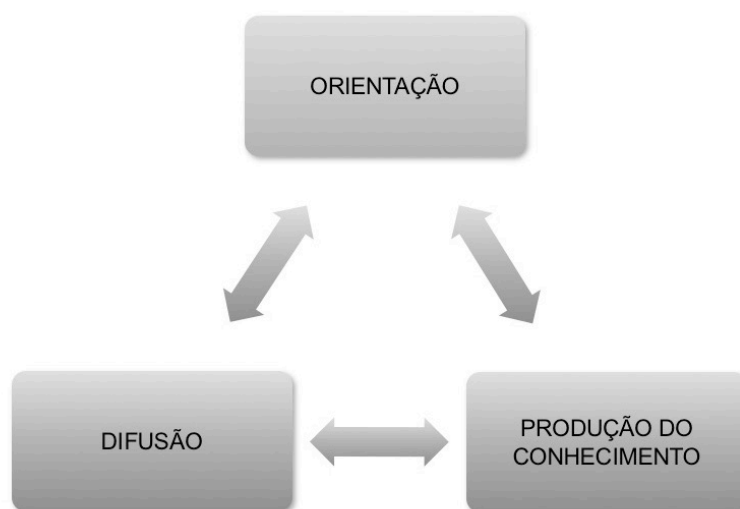
A atividade de inteligência necessita produzir conhecimentos, a partir de uma metodologia específica, que envolve alguns processos necessários para cumprimento de sua missão. É o que chamamos de processo da inteligência ou ciclo da inteligência. Segundo Gonçalves (2010, p.67), o ciclo da inteligência: “diz respeito ao processo por meio do qual a informação é reunida, convertida em inteligência e disponibilizada aos consumidores – ou seja, aos tomadores de decisão”.

De acordo com a doutrina brasileira, o funcionamento do ciclo de inteligência contém o ciclo de produção do conhecimento. Para Gonçalves (2010, p.68-69), “A doutrina brasileira de informações identifica o ciclo de inteligência em três grandes etapas: orientação, produção e difusão” (FIGURA 1).

Na fase de produção de conhecimento, tem-se o ciclo que se inicia com o planejamento, passa pela reunião – procedimentos de coleta/busca e registro desses dados – e segue para o processamento – dividido em exame, análise, integração e interpretação. O conhecimento produzido é, em seguida, difundido, no que constitui a última etapa, chamada difusão (FIGURA 2).

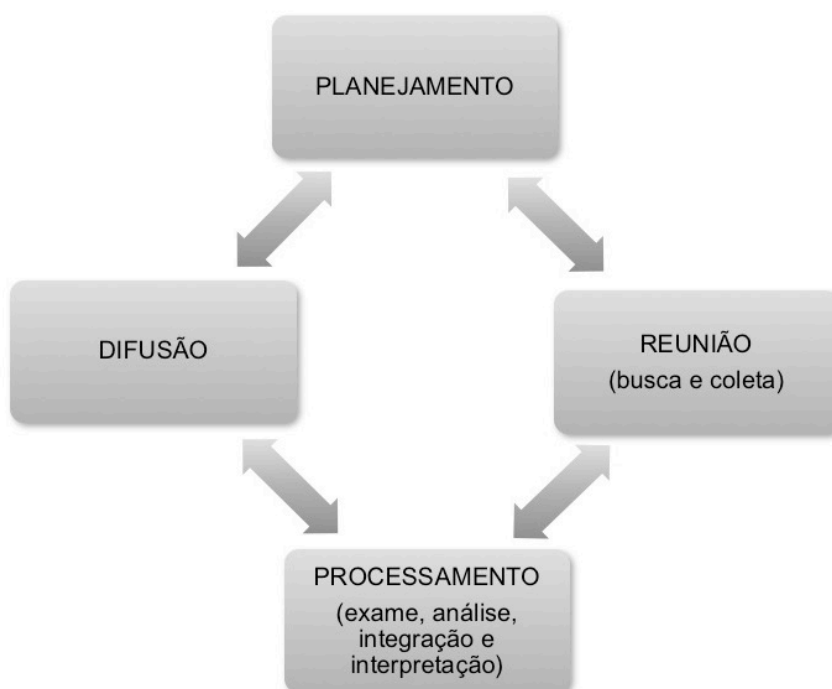
Portanto, a doutrina brasileira insere o ciclo de produção de conhecimento no ciclo de inteligência.

FIGURA 1 - Ciclo de inteligência segundo a doutrina brasileira



Fonte: Gonçalves (2010, p.69)

FIGURA 2 - O ciclo de produção do conhecimento



Fonte: Gonçalves (2010, p.69)

Concluindo, percebemos que um sistema de inteligência possui como elementos essenciais (SANTOS, 2014, p.30-31):

1. o usuário da atividade de inteligência ou tomador de decisão que elabora e planeja as políticas;
2. as políticas que orientam o que buscar e o que coletar;
3. o produtor que gera o conhecimento de inteligência, a partir das informações coletadas de fontes abertas e o dado negado buscado;
4. o conhecimento de inteligência como produto do processamento (exame, análise, integração e interpretação das informações) que deve ser difundido e utilizado para o alcance dos objetivos do sistema;
5. as relações entre seus elementos, que podem ser descritas, resumidamente, como:
 - a) a orientação que o usuário da atividade de inteligência ou tomador de decisão oferece ao sistema, através da formulação e planejamento de políticas;
 - b) as políticas que dão diretrizes e/ou orientação de que conhecimentos são necessários para o processo de tomada de decisão e como realizar a reunião das informações necessárias para o alcance do objetivo e/ou propósito do sistema.
 - c) As informações obtidas são processadas para que o conhecimento de inteligência seja elaborado pelo produtor, por meio de exame, análise, integração e interpretação.
 - d) O conhecimento de inteligência produzido deve ser difundido e/ou disseminado para que, a partir de sua utilização, o processo decisório seja apoiado e as ações políticas, cumpridas.

Finalmente, o cumprimento de seu propósito e/ou objetivo, que é apoiar o processo de tomada de decisão estratégica – no sentido de ajudar a ver o problema, antever a solução, a fim de prover a ação (agir ético-político).

FIGURA 3 - Síntese do Sistema de Inteligência



Fonte: Elaborado pela autora baseado em Gonçalves (2010, p.69) e Santos (2014, p.30-31)

A principal função de um sistema de inteligência é formular um plano de inteligência. A atividade de inteligência está a serviço do sistema de inteligência no sentido de assegurar que seus usuários estejam bem informados, com conhecimentos úteis e oportunos para a correta tomada de decisões.

Cabe destacar que, a partir da compreensão do contexto informacional no qual o sistema de inteligência está inserido, os fenômenos da informação, estudados na CI, podem ser transpostos para o campo da Atividade de Inteligência – guardando a sua essência – a partir de seu papel informacional estratégico, que reúne dados a serem analisados, os quais produzem informação contextualizada a ser interpretada, para a produção de conhecimento, que gera Inteligência. Todo o sistema informacional da Atividade de Inteligência tem como objetivo apoiar o processo de tomada de decisão estratégica.

Agregando à ideia da informação como elemento da cultura – que aponta a interdisciplinaridade da Ciência da Informação e o caráter estratégico da Inteligência de Estado – Tarapanoff (2006, p.19-20), no sentido de buscar sinergia entre Estratégia, Informação, Conhecimento e Inteligência, a partir do olhar da Ciência da Informação, defende que a CI: “é uma ciência de caráter eminentemente interdisciplinar, que tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos).”

Como síntese, o contexto informacional estratégico – o processo de produção do conhecimento, o sistema de informação, o produto conhecimento, o processo decisório e o usuário da informação – são interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que podem contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível.

2 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: Uma Visão Estratégica

Este capítulo aborda o enfoque estratégico da Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), que estuda a produção, organização e utilização da informação e do conhecimento como atividades de investigação científica vinculadas à CI¹⁴, fundamentado no pressuposto de que a GIC, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.

A visão estratégica da GIC sintetiza o trinômio – Informação, Conhecimento e Inteligência – como um produto de apoio ao processo de tomada de decisão estratégica, denominado Conhecimento de Inteligência, que se caracteriza por sua natureza proativa, ou seja, antecipa-se aos fatos e busca obter, analisar, interpretar e disseminar conhecimentos aos tomadores de decisão da alta cúpula para a defesa dos interesses da segurança da sociedade e do Estado.

Fernandes (2012), em “Inteligência e Gestão Estratégica: uma relação sinérgica”, demonstra que, pelo fato de a Atividade de Inteligência apoiar o processo decisório, a partir da produção de conhecimentos, deve ser orientada por um planejamento estratégico e sua atuação deve ser sinérgica à gestão estratégica, voltada para ações de longo prazo e de grande abrangência. O autor busca:

[]...resgatar o papel estratégico da atividade de Inteligência, destacando-lhe a real dimensão do assessoramento que lhe cabe, em todas as áreas e segmentos da sociedade e do Estado. Esse assessoramento dirige-se a decisores e gestores do mais alto nível em subsídio a formulação e implementação de políticas, estratégias e ações que possibilitem o crescimento e o desenvolvimento sustentável do país. (FERNANDES, 2012; p.21)

A sinergia existente entre a atividade de Inteligência e a Gestão Estratégica, que o autor chama de binômio Inteligência-Gestão Estratégica, é analisada em diversos contextos e tem como fundamento que a atividade de Inteligência não existe por si. Ela deve estar a serviço do pensamento estratégico dos formuladores de políticas de todos os segmentos componentes do Estado (FERNANDES, 2012, p.29).

¹⁴ Disponível em: <http://ppgci.eci.ufmg.br/pesquisa/area-de-concentracao>. Consulta realizada em: 24/04/15.

Nesse contexto, Paim e Barbosa (2003), no artigo “Da Gerência de Recursos Informativos à Gestão do Conhecimento”, corroboram com a ideia da relação entre a GIC com a Inteligência de Estado, pois, quando discutem os fundamentos conceituais da Gestão do Conhecimento (GC), consideram-na como evolução da Gestão de Recursos Informativos (GRI), disciplina que integrava, já com um caráter interdisciplinar, no início da década de 1970, a Administração, a Ciência da Computação e a Ciência da Informação, como forma de manusear eficientemente e eficazmente os ativos informativos gerados, principalmente, após a explosão informativa do pós-guerra e o consequente desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação.

Segundo os autores, o governo americano estimulou o desenvolvimento da GRI a partir da implementação de seu conceito em suas Agências de Inteligência, através da *Federal Paper work Commission*.

Nascimento (2000) lembra que até os anos 90 a ênfase era dada à GRI. A partir desse momento, as organizações passaram a caminhar em direção à GC:

Em outros termos, a GRI e a Gestão do Conhecimento são estratégias distintas mas relacionadas. Isso significa que, além de serem necessárias as clássicas ações de administração da informação que visam estruturar o conhecimento (identificar, armazenar, organizar e distribuir informações), é preciso desenvolver ações que facilitem sua compreensão pelo usuário, transformando-a em conhecimento. (NASCIMENTO, 2000, p. 26)

Corroborando com a ideia clássica de que a CI é uma ciência interdisciplinar e que a GIC é uma abordagem preponderantemente vinculada a essa Ciência, Barbosa (2008, p.21), em seu artigo “Gestão da Informação e do Conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas”, compara a gestão da informação (GI) com a GC, e os aspectos relacionados com a origem e a evolução dessas disciplinas, demonstrando a “importância de se enxergar a informação e o conhecimento como fenômenos indissociáveis e complementares da vida organizacional”. Para ele, o grande desafio da GIC é “descobrir, organizar, disseminar e utilizar esse conhecimento de maneira efetiva”.

Barbosa (2008) também relaciona a GC com a Inteligência Estratégica Organizacional, pois, segundo ele, a necessidade que uma organização tem de se adaptar ao ambiente no qual está inserida e de se alinhar, estrategicamente, com

seus sistemas, recursos de informação e objetivos, são fundamentais como insumo para o processo de tomada de decisão estratégica.

O autor sintetiza, na Figura 4, as interfaces da GIC com outras áreas do conhecimento, desde o surgimento da GRI, a partir de disciplinas relacionadas com a CI, Estratégia, Computação, Recursos Humanos e Finanças, na defesa de que a base estrutural dessas interfaces é a CI.

FIGURA 4 - Interfaces da Gestão da informação e do Conhecimento com outras áreas de conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Barbosa (2008).

O contexto apresentado na Figura 4, pelo referido autor, do vínculo da GIC à CI nos permite identificar, a partir da área de conhecimento relacionada à Estratégia: informação, conhecimento e tecnologia da informação como vantagens competitivas; inteligência empresarial e/ou organizacional e; alinhamento estratégico como interfaces fundamentais existentes entre a GIC e a Inteligência de Estado, considerando, inclusive, o contexto organizacional dessa atividade de inteligência.

Por contexto organizacional, no caso da presente pesquisa, nos referimos à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão da Presidência da República vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.¹⁵

Corroborando com a ideia de Barbosa (2008), Souza, Dias e Nassif (2011), autores do artigo “A Gestão da Informação e do Conhecimento na Ciência da Informação: perspectivas Teóricas e Práticas Organizacionais”, provocam e estimulam estudos e pesquisas numa perspectiva epistemológica integradora da gestão da informação e do conhecimento, na Ciência da Informação, a partir do entendimento de uma cadeia conceitual que articula competência informacional com aprendizagem organizacional e inteligentes coletivos com o compartilhamento de conhecimento. Os autores defendem que a GIC se fundamenta no entendimento de como os processos de informar-se e conhecer acontecem nas organizações, mediante a relação dinâmica entre pessoas, informação e conhecimento.

Diante desse entendimento e, complementando a visão estratégica da GIC, podemos também considerar a área de conhecimento relacionada aos Recursos Humanos – e seus componentes, tais como competências, cultura, compartilhamento e aprendizagem organizacional – como interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, principalmente, pela compreensão de que são as pessoas que formulam estratégias que, aplicadas no contexto Estatal, produzem Conhecimento de Inteligência, inerente ao processo decisório.

A partir dos processos relacionados à GIC dentro do ambiente organizacional, o conceito de organização do conhecimento tem sido adotado, implícita ou explicitamente, por alguns teóricos do campo da administração, da economia e da engenharia para a compreensão dos fenômenos informacionais existentes em nossa sociedade, denominada Sociedade da Informação e do Conhecimento, que são elementos da cultura da CI.

Choo (2003) afirma que organizações do conhecimento possuem informações e conhecimentos que as tornam bem informadas e capazes de percepção e discernimento. Agregando um olhar estratégico do conhecimento, Garvin (1993) define uma organização baseada em conhecimento como sendo uma organização

¹⁵ Disponível em: <http://www.abin.gov.br/institucional/a-abin/>. Consulta realizada em: 20/03/15 e atualizada em: 12/07/16.

de aprendizagem que reconhece o conhecimento como um recurso estratégico, cria conhecimento, que pode ser processado internamente e utilizado externamente, aproveitando o potencial de seu capital intelectual. Esse aspecto, relacionado aos ativos estratégicos intangíveis de uma organização, seja ela pública ou privada, independentemente de sua área de atuação, enfatiza, assim como em Barbosa (2008), que a propriedade intelectual, o capital intelectual e os ativos intangíveis devem estar alinhados à estratégia organizacional e, principalmente, ao processo de tomada de decisões. Corroborando com a importância de se agregar valor ao conhecimento, Sveiby (1998) defende que as organizações do conhecimento possuem duas características principais: qualificação do corpo de colaboradores, responsáveis pela conversão de informação em conhecimento, e reconhecimento de que os ativos intangíveis representam mais valor.

A análise de Barbosa (2008) sobre as interfaces da GIC com outras áreas de conhecimento nos permite, também, identificar a área de conhecimento relacionada a Finanças como interface existente entre a CI e a Inteligência de Estado, devido aos componentes de propriedade intelectual, capital intelectual e ativos intangíveis, essenciais para o processo de proteção do conhecimento sensível, principalmente pelo caráter preventivo em que a Contrainteligência de Estado atua, através da Abin, por meio de seu instrumento denominado Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), que será analisado no capítulo relativo ao estudo de caso proposto nesta pesquisa.

Retomando o foco da visão estratégica da GIC como parte do processo de Inteligência Organizacional, Valentim e Gelinski (2005) também defendem que as abordagens gerenciais voltadas para o conhecimento organizacional, no contexto em que se começou a valorizar a inteligência, enfatizam o conhecimento humano como fundamental para o processo de Inteligência Organizacional.

Segundo a autora é possível a consolidação do conhecimento de inteligência após o processo de conversão e compartilhamento do conhecimento que reside na mente dos indivíduos, estimulado por uma cultura organizacional favorável à "(...) superação dos obstáculos caracterizados por modelos hierárquicos-burocráticos" (VALENTIM; GELINSKI, 2005, p.47). Assim, Valentim e Gelinski (2005) reforça o homem como um ser social, inserido na sociedade, em sua cultura, desenvolvendo que:

O homem é um ser social, por isso, a construção de conhecimento ocorre na mente humana, a partir de uma cultura/sociedade. Por tanto, a construção de conhecimento será sempre uma construção advinda do conhecimento de mundo próprio, mas repleto de signos e símbolos de uma determinada cultura/sociedade. A organização também influenciará na construção de conhecimento, uma vez que ela possui sua própria cultura, naturalmente recortada da sociedade na qual está inserida. (VALENTIM; GELINSKI, 2005, p.49)

A autora, a partir de pesquisas sobre teoria organizacional, relaciona os termos citados demonstrando como que as organizações criam e utilizam a informação em três arenas estratégicas: interpretando a informação sobre o ambiente de modo a dar significado ao que está acontecendo à organização, ao que ela está fazendo; criando novos conhecimentos combinado com a experiência de seus colaboradores que estão sempre aprendendo, inovando, processando e analisando a informação de modo a escolher e empreender cursos de ação apropriados, denominado inteligência estratégica. Complementando, Tarapanoff (2006, p.30) afirma que:

O processo de gestão do conhecimento, em si, é uma atividade independente, mas, quando ligada ao processo decisório, está fortemente ligado ao processo de gestão da informação e ao trabalho e análise da informação. A inteligência (estratégica) pode ser considerada síntese do processo de trabalho da informação e do conhecimento, gerando conhecimento novo capaz de indicar novos caminhos para a empresa, a inovação em si é inteligência também.

E conclui dizendo que: “Em uma organização, informação, conhecimento e inteligência estão presentes nos seus processos de gestão, que alimentam o processo de tomada de decisão e o planejamento estratégico”, explicando que:

Não se chega à inteligência pelo acesso passivo à informação. A inteligência deve ser criada, e é ao longo desse processo de criação, o processo da gestão da informação e do conhecimento, que se vai elaborando um sistema útil às organizações, integrado em sua cultura e em seus cenários voltados ao futuro.(TARAPANOFF, 2006, p.31)

A análise de Tarapanoff (2006) relaciona estratégia, informação, conhecimento e inteligência, numa perspectiva sintética, em que a Inteligência Estratégica proporciona melhoria dos processos, aprimoramento do sistema, fortalecimento da cultura e criação de conhecimento. Esses benefícios

proporcionados pela Inteligência Estratégica podem ser aplicados, analogamente, à proteção do conhecimento sensível, dentro das organizações, no contexto do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Em 7 de dezembro de 1999, o Presidente da República instituiu o Sisbin e criou a Abin. A criação da Agência proporcionou ao Estado brasileiro institucionalizar a atividade de Inteligência, mediante ações de coordenação do fluxo de informações necessárias às decisões de Governo, no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades, aos antagonismos e às ameaças, reais ou potenciais, para os mais altos interesses da sociedade e do país.¹⁶

A Abin, na condição de órgão central de um sistema que reúne 38 integrantes – o Sisbin – tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Para cumprir essa missão institucional, os profissionais de inteligência produzem conhecimentos estratégicos por meio da análise de fatos, eventos ou situações que permitam a identificação de oportunidades e ameaças relacionadas à proteção das fronteiras nacionais, à segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição de massa, a políticas estabelecidas com outros países ou regiões, à segurança das informações e das comunicações, à defesa do meio ambiente, à proteção de conhecimentos sensíveis produzidos por entes públicos ou privados, entre outros assuntos.

A Abin constitui-se em órgão de Estado permanente, apartidário e apolítico, com atuação nacional e representações no exterior.

As atividades de inteligência da Abin são desenvolvidas com irrestrita observância aos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado brasileiro. Tem como fundamento de sua ação a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana.

¹⁶ Disponível em:
http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=O_que_%E9_o_PNPC%3F
(Consulta realizada em: 15/04/15)

Em síntese, a Abin é o único órgão nacional cujo fim é planejar e executar atividades de Inteligência de Estado para subsidiar o processo decisório nacional. Outras instituições que trabalham com inteligência têm na atividade um meio para subsidiar suas específicas atribuições legais.

A Inteligência de Estado compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para sua compreensão. A análise transforma dados em cenário compreensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro.

A Inteligência de Estado trata fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. O conhecimento de inteligência é o produto final desenvolvido pela Abin e difundido à Presidência da República, aos órgãos do Sisbin e a instituições com competência para decidir sobre assuntos específicos.

Esses conhecimentos, denominados Conhecimentos de Inteligência, são gerados a partir de todo o processo metodológico, que objetiva a compreensão dos fenômenos informacionais para compreender o presente, a partir do passado, para a tomada de decisões assertivas em relação ao futuro da nação, ou seja, uma metodologia de produção do conhecimento.

Esse processo metodológico, que utiliza técnicas de diversas áreas do conhecimento, assim como o conhecimento produzido pela Abin, nos permite identificar como interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, a partir do pressuposto de que a Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Gestão Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.

Todo o processo metodológico, que gera conhecimento de inteligência, é integrado, sistemicamente, por meio do Sisbin e do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (Disbin).

Sob a coordenação da Abin, estabelecida por lei como seu órgão central, o Sisbin é responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de inteligência necessários ao processo decisório do Poder Executivo. Também atua na proteção das informações sensíveis e estratégicas do Estado brasileiro.

Cada órgão integrante do Sisbin atua na obtenção e compartilhamento de informações no âmbito de sua área de competência e auxilia na produção conjunta de conhecimentos de inteligência.

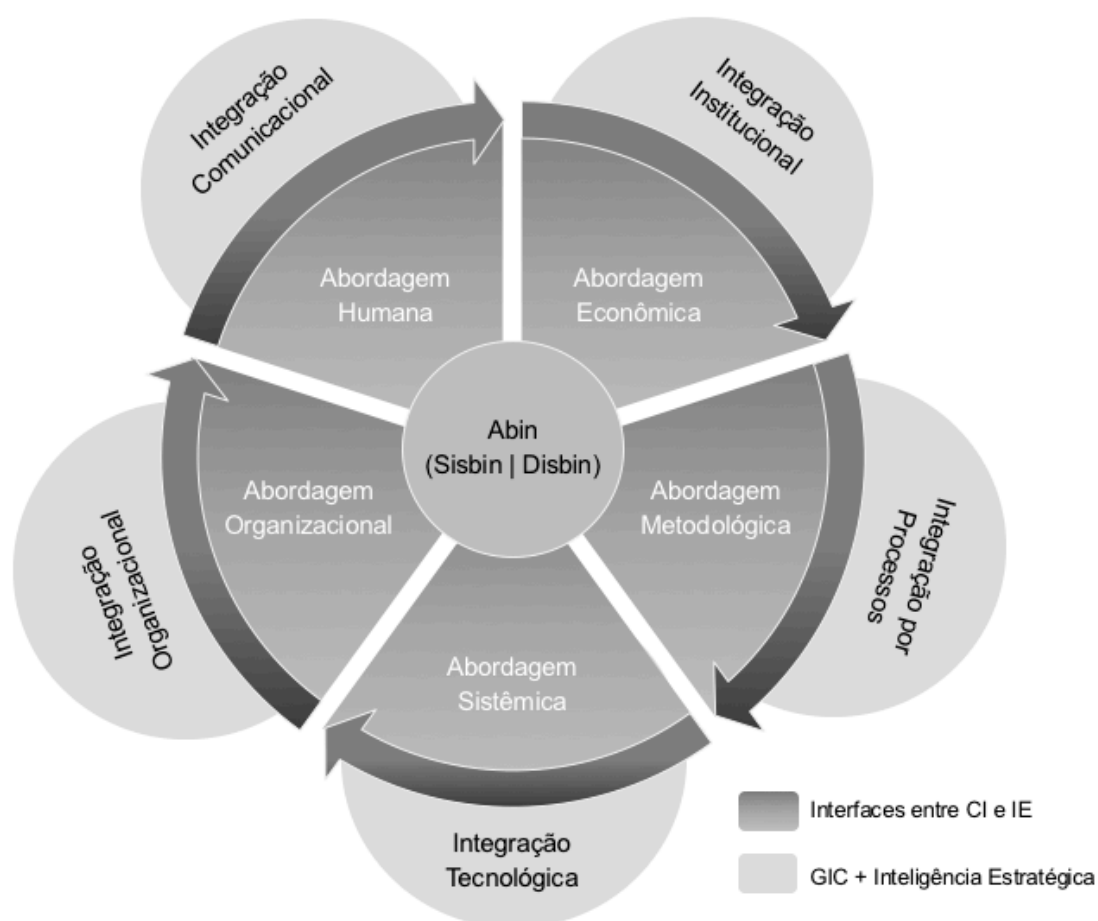
Os conhecimentos embasam a produção de relatórios de Inteligência, destinados ao assessoramento estratégico da Presidência da República ou à utilização pelos próprios órgãos integrantes.

As atividades do Sisbin estão afetas ao Disbin, fração integrante da estrutura da Abin, responsável pela articulação das ações desenvolvidas pelo sistema. O Disbin fornece ao Sisbin suporte administrativo, espaço físico e propicia condições para a efetiva integração dos órgãos componentes do sistema.

Cada representante pode acessar os bancos de dados e os arquivos documentais de seus órgãos de origem. O objetivo é permitir que o Sisbin funcione efetivamente como ambiente colaborativo de produção de conhecimentos de Inteligência, em que cada órgão parceiro ofereça sua contribuição dentro das respectivas atribuições e prerrogativas legais.

Vejamos, a partir da Figura 5, o funcionamento do Sisbin, do Disbin e da Abin, como órgão central responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência:

FIGURA 5 - Esquema Sintético-Comparativo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (Disbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)



Fonte: Elaborado pela autora.

Após a compreensão da atividade de Inteligência de Estado e de sua natureza proativa – no sentido de que se antecipa aos fatos e busca obter, analisar, interpretar e disseminar conhecimentos aos tomadores de decisão estratégica – aliada ao entendimento do funcionamento do Sisbin, que tem a Abin como seu órgão central e o Disbin como departamento integrador, podemos inferir que a Abin, como organização, possui papel informacional fundamental para integração estratégica do processo que representa a síntese do trinômio Informação, Conhecimento e Inteligência como um produto de apoio ao processo de tomada de decisão.

Nesse contexto, podemos relacionar produto, processo, sistema e organização da Inteligência de Estado como componentes integrados à GIC e, conseqüentemente, à Ciência da Informação.

Como síntese deste capítulo, compreendemos que os fenômenos da Inteligência de Estado podem ser transpostos para o campo da CI – guardando a sua essência – a partir de uma visão estratégica da Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada às ações estratégicas da Inteligência de Estado, na geração de Conhecimento de Inteligência, como apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas para o Estado.

Identificamos como interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, as abordagens:

1. Estratégica, considerando seus componentes, tais como informação, conhecimento e TI como vantagem competitiva; inteligência empresarial e/ou organizacional e alinhamento estratégico.
2. Humana e seus componentes, tais como competências, cultura, compartilhamento e aprendizagem organizacional.
3. Econômico-financeiro, devido aos seus componentes de propriedade intelectual, capital intelectual e ativos intangíveis.
4. Metodológica – Sistêmica, que utiliza técnicas de diversas áreas do conhecimento para a produção do Conhecimento de Inteligência.
5. Estrutural – Organizacional, compreendendo produto, processo, sistema e organização relativos à Inteligência de Estado como componentes integrados à Gestão da Informação e do Conhecimento.
6. Mediadora, que media produto, processo, sistema e organização, objetivando o compartilhamento do fluxo informacional, centralizado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), disseminado através do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e articulado com os órgãos componentes do sistema, pelo Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (Disbin).
7. Integrativa, que integra produto, processo, sistema e organização, objetivando a produção do Conhecimento de Inteligência como suporte ao processo decisório Estratégico, inerente à atividade de Inteligência de Estado.

Essas interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado poderão contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, o que será analisado no capítulo dedicado ao estudo de caso sobre o PNPC, sob a égide exclusiva da Abin, em especial, do Departamento de Contrainteligência de Estado.

3 A PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL E A CONTRAINTELIGÊNCIA DE ESTADO: Um Instrumento Preventivo

Este capítulo aborda o aspecto preventivo inerente à atividade de Contrainteligência de Estado, fundamentado no pressuposto de que a GIC aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contrainteligência de Estado, contribuem com a Proteção do Conhecimento Sensível, salvaguardando os interesses da sociedade e do Estado, por meio do PNPC.

O PNPC é um instrumento preventivo para a proteção e salvaguarda de conhecimentos sensíveis de interesse da sociedade e do Estado brasileiros. O Programa foi instituído pela Abin, a fim de exercer a sua atribuição institucional, estabelecida pelo § 4º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, de “planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade” (BRASIL, 1999). A execução do PNPC está sob a responsabilidade do Departamento de Contrainteligência da Abin.

Conhecimento Sensível é todo conhecimento, sigiloso ou estratégico, cujo acesso não autorizado pode comprometer a consecução dos objetivos nacionais e resultar em prejuízos ao país, necessitando de medidas especiais de proteção. (Portaria nº42 GSIPR, de 19 de agosto de 2009)¹⁷.

A Contrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas para a proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas – comunicações, transportes, tecnologias da informação – e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade.

Segundo a Doutrina Nacional de Inteligência:

A Contrainteligência objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações de qualquer natureza que ameacem a salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da segurança da sociedade e do Estado. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.32)

A Contrainteligência de Estado pressupõe a adoção de medidas que se contraponham, entre outras, às ações de espionagem, sabotagem, terrorismo, propaganda adversa e desinformação adversa. Ela contribui para a salvaguarda do

¹⁷ Site da Abin. Disponível em: <http://www.abin.gov.br>. Consulta realizada em: 20/03/16.

patrimônio nacional sob a responsabilidade de instituições das mais diversas áreas, consideradas de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento nacional.

Na área de prevenção, a Contraineligência atua na sensibilização, orientação e capacitação de instituições estratégicas nacionais para a proteção de ativos de interesse do Estado e da sociedade, promovendo a adoção de comportamentos e medidas de segurança. Atua também na avaliação dos riscos de segurança dessas instituições para alertá-las para o perigo a que estão expostas.

Na área de detecção, obstrução e neutralização, a Contraineligência atua no desenvolvimento de ações, inclusive especializadas, fazendo uso de recursos humanos e tecnológicos, com o objetivo de frustrar possíveis ameaças aos interesses nacionais.

O Manual de Inteligência agrupa as ações da Contraineligência em dois segmentos: segurança ativa e segurança orgânica.

Segurança Ativa:

É o segmento da Contraineligência que preconiza a adoção de um conjunto de medidas, de caráter eminentemente proativo, destinado a detectar, identificar, avaliar e neutralizar ações adversas. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.35)

A segurança ativa adota medidas relacionadas à contraespionagem, contraterrorismo, contrasabotagem e contrapropaganda. Essas medidas não serão desenvolvidas nesta pesquisa. Nosso enfoque será no segmento da Contraineligência de Estado, denominado segurança orgânica, que:

É o segmento de Contraineligência que preconiza a adoção de um conjunto de medidas destinadas a prevenir e obstruir ameaças, de qualquer natureza, dirigidas a pessoas, dados, conhecimentos, materiais, áreas e instalações. Deve-se levar em consideração a situação atual, vulnerabilidades e, principalmente, ameaças existentes. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.33)

A segurança orgânica se desdobra em quatro grupos de medidas: proteção do conhecimento, proteção dos recursos humanos, proteção do material e proteção das áreas e instalações. Essas medidas, principalmente a proteção do conhecimento, abrangem o PNPC e, sua compreensão é fundamental para a identificação tanto das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a

Inteligência de Estado como das iniciativas que poderão contribuir com a Proteção do Conhecimento Sensível, e que, por consequência, subsidiarão as nossas análises.

A Proteção do Conhecimento é a proteção de dados e conhecimentos sigilosos ou sensíveis, cujo acesso irrestrito ou divulgação não-autorizada, em razão da sua importância para o desenvolvimento nacional, possa acarretar prejuízos à sociedade e ao Estado.

É exercida objetivamente sobre os detentores do conhecimento, o suporte físico que o contém, o meio que o veicula e os locais que se encontra: pessoas, documentos, materiais, os meios de tecnologia da informação (comunicação e informática) e as áreas e instalações.

A adoção de postura preventiva por todos é essencial ao desenvolvimento e à manutenção da mentalidade de proteção, com o propósito de se obterem atitudes favoráveis e adequadas à conscientização da importância da salvaguarda de assunto sigiloso. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.34)

Castro e Santos (2013, p.54) diferenciam conhecimento sensível, sigiloso e estratégico:

[...] todo conhecimento sigiloso é sensível, mas o contrário não é verdade. A Série Coletânea de Legislação nº 4 da ABIN define conhecimentos sensíveis como: “aqueles que, por sua natureza e potencial necessitam de medidas especiais de proteção, tendo em vista a sua importância estratégica para a defesa dos interesses nacionais e a segurança do Estado e da sociedade”. Conhecimentos sigilosos são “dados ou informações cujo conhecimento irrestrito possa acarretar qualquer risco à segurança da Sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas”. Quanto ao conhecimento estratégico, refere-se a “temas e/ou setores considerados vitais para os objetivos fundamentais do Estado.”

Castro e Santos (2013, p.51-78), em “Inteligência e Proteção de Conhecimentos Sensíveis no Brasil”, afirmam que:

O grande desafio do serviço de inteligência do governo brasileiro é desenvolver ações voltadas para valorização da cultura de proteção dos conhecimentos sensíveis, como forma de manter a soberania e preservar os interesses econômicos e de segurança nacional. (CASTRO; SANTOS, 2013, p.74)

Santos (2008, p.72) relata a origem e os antecedentes históricos, as bases teóricas e metodológicas que fundamentaram a criação do PNPC. Por isso, seu estudo enfoca a história do Estágio de Proteção da Informação Empresarial

(EsPIE)¹⁸, desde a sua concepção, em 1982, até o último estágio, em 1989. Dessa forma, o autor mostra a evolução da contrainteligência e da proteção do conhecimento na história da Inteligência brasileira.

Balué e Nascimento (2006), em seu artigo “Proteção do Conhecimento: uma questão de contrainteligência de estado”, contextualizam a importância do conhecimento desde a Grécia Antiga até os dias atuais, principalmente pela globalização de mercados e inovação tecnológica, características intrínsecas da Sociedade da Informação e do cenário mundial econômico extremamente competitivo, que exigem uma integração entre Estados e empresas no que tange à antecipação de identificação de ameaças e oportunidades.

Balué e Nascimento (2006, p.85) enfatizam a proteção do conhecimento sob o enfoque da Inteligência Econômica, principalmente na utilização de seus procedimentos legais e éticos, citando Sandoval, professor de Segurança Internacional e Inteligência Estratégica em universidades francesas:

Nesse contexto, tornou-se indispensável o desenvolvimento de uma cultura de Inteligência Econômica, a qual pode ser entendida como um conjunto de ações de busca, tratamento, difusão e proteção de informações estratégicas que subsidiam o processo decisório de diferentes atores econômicos, nas esferas empresarial e governamental. (2006, *apud* BALUÉ; NASCIMENTO, 2006, p.85)

As autoras, no contexto da Inteligência Econômica, defendem a ideia de que as atividades de proteção do conhecimento devem ocorrer de forma simultânea com o monitoramento do ambiente externo e complementam que, segundo Sandoval (2006, *apud* BALUÉ; NASCIMENTO, 2006, p.85): “[...] O Estado tem papel fundamental no desenvolvimento de uma política de segurança econômica, que possibilite a proteção de conhecimento com alto valor agregado. [...]”.

Retomando a ideia contida na introdução desta pesquisa de que a Abin reconhece que o conhecimento é uma vantagem competitiva e o ativo mais importante das instituições, porque representa condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos países e do pressuposto de que a Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contrainteligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível,

¹⁸ O EsPIE era um projeto da antiga EsNI/SNI – Escola Nacional de Inteligência do Sistema Nacional de Informações, nos anos de 1980.

podemos inferir que as interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, identificadas no capítulo anterior, aplicadas no contexto da atividade de Inteligência de Estado – também, podem ser, analogamente, aplicadas no contexto da Contrainteligência de Estado.

Neste capítulo, essas abordagens, relacionadas com uma visão estratégica da Gestão da Informação e do Conhecimento, terão um enfoque econômico agregado à produção do conhecimento de inteligência para o desenvolvimento da vantagem competitiva de um país e para a proteção das informações científicas e tecnológicas sensíveis voltadas para a atividade produtiva. Nesta pesquisa, esse enfoque será compreendido a partir do contexto informacional no qual a Proteção do Conhecimento Sensível está inserido – a Inteligência Econômica.

O Quadro 2 sintético-comparativo visa apresentar a classificação da atividade de inteligência e contrainteligência, no sentido de esclarecer, diferenciar e ampliar seus diversos contextos informacionais:

- a) Ambiente Informacional Econômico-Tecnológico: Inteligência Econômica
- b) Ambiente Informacional Econômico-Financeiro: Inteligência Financeira
- c) Ambiente Informacional Econômico-Fiscal: Inteligência Fiscal
- d) Ambiente Informacional Econômico-Mercadológico: Inteligência Competitiva, Inteligência de Negócios, Inteligência Estratégica, Inteligência de Mercado, Inteligência Organizacional, Inteligência Empresarial

A apresentação das modalidades de Inteligência é importante para termos uma visão sistêmica informacional do ambiente, do escopo, dos critérios e de seus objetivos, que subsidiarão nossa análise, referente à proteção do conhecimento sensível, sobretudo no que tange à inteligência econômica.

QUADRO 2 – Sintético-Comparativo das modalidades de Inteligência

AMBIENTE	ESCOPO	CRITÉRIO				MODALIDADE	OBJETIVOS
		ABRANGÊNCIA	TEMPO	ALCANCE AÇÃO	NATUREZA		
MILITAR	Informações de interesse do Comando de qualquer nível hierárquico das Forças Armadas	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA MILITAR	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações da mais alta esfera das Forças Armadas.
GEOPOLÍTICO	Informações de segurança do Estado e da sociedade	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	EXTERNA	INTELIGÊNCIA DE ESTADO	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações da mais alta esfera de governo, voltadas à Defesa Nacional e à Política Externa de um país.
		REGIONAL E SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA		Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações da mais alta esfera de governo, voltadas ao planejamento e acompanhamento da Política Nacional,.
POLICIAL	Informações para investigação de condutas criminosas	REGIONAL E SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA POLICIAL OU CRIMINAL	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações de investigação, voltadas contra a atuação criminosa.
ECONÔMICO-TECNOLÓGICO	Informações científicas e tecnológicas sensíveis da atividade produtiva de um país	GLOBAL REGIONAL E SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA ECONÔMICA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações dos servidores de órgãos do governo, voltadas para o desenvolvimento da vantagem competitiva de um país.

ECONÔMICO-FINANCEIRO	Informações sobre a lavagem de dinheiro	GLOBAL, REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA FINANCEIRA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações dos servidores de órgãos do governo, voltadas à identificação de delitos financeiros e neutralização das atividades de pessoas e organizações.
ECONÔMICO-FISCAL	Informações de delitos contra a ordem tributária	REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA	INTELIGÊNCIA FISCAL	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações dos servidores de órgãos do governo, voltadas na busca do dado negado, ou seja, daquilo que o contribuinte deixou de declarar.
ECONÔMICO-MERCADOLÓGICO	Informações voltadas para o ambiente competitivo do mundo dos negócios	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO	EXTERNA	INTELIGÊNCIA COMPETITIVA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações estratégicas, voltadas para a busca da manutenção ou desenvolvimento de vantagem competitiva em relação aos concorrentes.
	Informações de negócios reunidas sobre outras organizações	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações, voltadas para a integração entre organizações.
	Informações voltadas para a formulação de cenários prospectivos	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA OU DE MERCADO	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações estratégicas, voltadas para a elaboração e desenvolvimento de cenários futuros.
	Informações voltadas para a gestão organizacional.	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL OU EMPRESARIAL	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações, voltadas para a gestão organizacional.

SOCIOCULTURAL	Informações voltadas para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA SOCIAL	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações de organizações com interesses sociais, voltadas para o desenvolvimento coletivo da sociedade.
	Informações voltadas para o desenvolvimento técnico-científico de um país	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações de organizações com interesses técnico-científicos, voltadas para o desenvolvimento coletivo da sociedade.
	Informações referentes aos aspectos físicos de países e/ou regiões	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA FISIAGRÁFICA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações voltadas para o desenvolvimento de aspectos físicos do próprio país (ou de uma região) ou de outros países.
	Informações biográficas de líderes em diversos campos de atuação.	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA BIOGRÁFICA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações voltadas para o reconhecimento de líderes que contribuíram para o desenvolvimento de uma sociedade.
	Informações sobre o processo histórico-cultural nacional ou de outros países.	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA HISTÓRICA	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações histórico-culturais, voltadas para a formulação da Política e Estratégia Nacionais.
AMBIENTAL	Informações sobre o desenvolvimento ambiental sustentável.	GLOBAL REGIONAL SETORIAL	BÁSICA CORRENTE ESTIMATIVA	ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	INTERNA E EXTERNA	INTELIGÊNCIA AMBIENTAL	Produzir conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório das ações ambientais, voltadas para o desenvolvimento ambiental de regiões e/ou países..

Fonte: Santos (2014, p.40-43).

Nota: Elaborado pela autora a partir das classificações da ESG.

A atuação da Contraineligência de Estado está nitidamente entrelaçada com a cadeia conceitual, inter e transdisciplinar, das disciplinas e campos de conhecimentos da CI, em especial, a GIC, que busca integrar os sistemas de informação, de conhecimento e de inteligência para facilitar a interoperabilidade entre eles e, assim, consequentemente, apoiar o processo de tomada de decisão que, neste caso, se refere aos sistemas de proteção de conhecimentos sensíveis existentes em diversas instituições brasileiras, tanto públicas quanto privadas.

A iniciativa da Abin de criar o PNPC como um instrumento preventivo relacionado à proteção do conhecimento, que integra o grupo de medidas de segurança orgânica, da Contraineligência de Estado, nos permite inferir que a Gestão da Informação e do Conhecimento aliada à Inteligência Econômica contribuem com a proteção do conhecimento sensível através do monitoramento ambiental informacional sobre os detentores do conhecimento, do suporte físico que o contém, do meio que o veicula e dos locais em que se encontram pessoas, documentos, materiais, os meios de tecnologia da informação e as áreas e instalações.

O sentido da proteção dos conhecimentos sensíveis é de evitar prejuízos à sociedade e ao Estado, devido a sua importância para o desenvolvimento nacional.

A Inteligência Econômica, nesse contexto, é essencial para a produção de conhecimento que apoie o processo decisório das ações dos servidores de órgãos do governo, voltadas para o desenvolvimento da vantagem competitiva do nosso país e das ações de proteção das informações científicas e tecnológicas sensíveis à nossa nação: o que caracteriza como uma das iniciativas de proteção do conhecimento sensível.

A Gestão das informações e dos conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis é uma interface existente entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado que pode contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível – principalmente, no desenvolvimento de uma cultura de Inteligência Econômica – a partir do conjunto de ações de busca, tratamento, difusão e proteção de informações estratégicas que subsidiam o processo decisório de diferentes atores econômicos, nas esferas empresarial e governamental.

A partir da compreensão da natureza reativa e preventiva da atividade de Contraineligência de Estado, da importância da Inteligência Econômica aliada ao

entendimento do funcionamento do Sisbin, que tem a Abin como seu órgão central, percebemos o fortalecimento e o desenvolvimento de uma cultura de proteção dos nossos ativos-patrimônio que são essenciais para a nossa nação.

Corroborando com essa ideia, Nascimento (2008), a partir de um estudo no campo da Ciência da Informação, em sua dissertação de mestrado, intitulada “Proteção ao Conhecimento: uma proposta de fundamentação teórica”, contribuiu com um arcabouço teórico-epistemológico ao tema – por meio da análise das origens, conceitos, objeto e campos de estudo da CI – e propôs um modelo de Proteção ao Conhecimento, genérico e flexível, cuja finalidade pretende proteger o conhecimento não registrado, alegando que:

As novas formas de registrar, compartilhar e acessar conhecimentos e armazenar informações, potencializadas pelo rápido avanço das tecnologias da informação e da comunicação, exige o desenvolvimento de uma cultura de proteção que ultrapassa as práticas tradicionais de segurança. (NASCIMENTO, 2008, p.12)

Kerr Pinheiro (2012, p.62), em seu artigo “Estado Informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI”, analisa as mudanças na construção de políticas de inteligência, a partir da redefinição do Estado que de burocrático passa a se denominar Estado Informacional, e defende que:

O contexto das mudanças mundiais regido pelo paradigma técnico e econômico das tecnologias de informação é fortemente marcado pelo crescimento de rivalidades econômicas. Nesse ambiente, a prática de inteligência é essencial não só à segurança, mas à competitividade das estruturas econômicas e ao desenvolvimento das diferentes nações. (KERR PINHEIRO, 2012, p.62)

E, complementa apontando que, diante de novas formas de Poder, dimensões mercadológicas e políticas se fundem para tentar minimizar a mega concorrência do valor incremental da informação agregado às inovações (KERR PINHEIRO, 2012).

As políticas de informação e de inteligência são essenciais para a formulação de diretrizes que promovam essa cultura de proteção, mantendo o estímulo à inovação como interface com a Inteligência de Estado, pelas iniciativas relacionadas à melhoria dos processos, ao aprimoramento dos sistemas, ao fortalecimento das culturas e à criação de conhecimentos.

Neste capítulo, podemos destacar a importância da inovação na esfera econômica de uma nação, o que será analisado a partir do estudo de caso sobre o PNPC, referente à necessidade de proteger o conhecimento para seu devido compartilhamento: promovendo a inovação e salvaguardando a nação.

A ação política pressupõe definir objetivos e conhecer os meios a empregar para atingi-los. Quando o referencial é a Nação, trata-se, no primeiro caso, de identificar e estabelecer os Objetivos Nacionais e, no segundo, de analisar, orientar e aplicar o Poder Nacional, o que será desenvolvido no capítulo seguinte relacionado à salvaguarda patrimonial.

No contexto de salvaguarda, característica da Contraineligência, Balué e Nascimento (2006, p.87) conceituam, citando a legislação brasileira, as ações de proteção do conhecimento que os Estados têm desenvolvido, como:

[...] atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou que transitem.

O Brasil, através de ações da Abin em parceria com outras instituições nacionais, públicas e privadas, no contexto da atividade de Contraineligência, vem contribuindo com uma cultura de proteção do conhecimento, a partir da implementação do PNPC que, segundo Castro e Santos (2013, p.52):

[...] estabelece um conjunto de procedimentos e mecanismos que visa preservar dados, informações, conhecimentos, áreas e pessoas, que ao Estado e à sociedade interessem proteger, além de desenvolver ações voltadas para a difusão da cultura de proteção.

A Abin esclarece sobre o potencial competitivo patrimonial brasileiro, defendendo que o conhecimento é uma vantagem competitiva e o ativo mais importante das instituições. Assim, a proteção dos conhecimentos estratégicos nacionais representa condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos países e um dos principais desafios deste século, tanto para as organizações quanto para os Estados. O Brasil abriga a maior diversidade biológica do planeta que, agregada aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, resulta em elevado potencial para o desenvolvimento de produtos comerciais, como fármacos, enzimas industriais, cosméticos e alimentos, entre outros. Esse domínio

de conhecimentos, além de proporcionar destacada inserção do País na economia mundial, o transforma em alvo potencial de interesses externos, que podem realizar ações de espionagem e de sabotagem. Diante disso, torna-se premente a adoção de ações e medidas para salvaguardar os conhecimentos sensíveis nacionais, sobretudo por meio da formação de uma cultura de proteção desses ativos.¹⁹

Sobre o PNPC, no que se refere ao Patrimônio, Baluê e Nascimento (2006, p.92) defendem que:

Outra vertente do programa consiste na proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético nacional. Os saberes tradicionais têm sido facilitadores na descoberta do potencial de recursos genéticos existentes em território brasileiro, especialmente para a fabricação de novos fármacos e cosméticos. Em consequência, populações indígenas e ribeirinhas têm sofrido assédios de estrangeiros para ensinar como espécimes da flora e da fauna são utilizados na prevenção e cura de diferentes enfermidades.

O segmento de Contrainteligência da Abin tem buscado, por meio do PNPC, sensibilizar a sociedade para a importância de preservar o patrimônio genético nacional e alertar para o fato de que práticas ilícitas, como biopirataria, resultam em perdas econômicas para o País.

Como síntese deste capítulo, compreendemos que os fenômenos da Contrainteligência de Estado também podem ser transpostos para a CI, a partir da Gestão das informações e dos conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis que, aliada à Inteligência Econômica, subsidiará o processo decisório de instituições nacionais, públicas ou privadas que produzem ou custodiam conhecimentos considerados sensíveis para o país relativos às áreas de atuação que o PNPC se destina a proteger, tais como²⁰:

- a) Defesa Nacional.
- b) Pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica.
- c) Energia, incluídas as fontes alternativas.
- d) Minerais e materiais estratégicos.
- e) Conhecimento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- f) Agropecuária.

¹⁹ Material impresso de divulgação do PNPC, distribuído pela Abin, no “Encontro com Gestores das Universidades Públicas em Minas Gerais”, promovido pela Superintendência Estadual de Minas Gerais da Agência Brasileira de Inteligência, no auditório do Banco Central, em 26 de novembro de 2014.

²⁰ Disponível em: <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

- g) Desenvolvimento socioeconômico.
- h) Educação e promoção de cultura de proteção do conhecimento sensível.

As modalidades de Inteligência apresentadas, neste capítulo, a partir do contexto informacional no qual a Proteção do Conhecimento Sensível está inserido, apoiarão as nossas análises na compreensão dos ambientes informacionais relacionados à atuação do PNPC, principalmente na salvaguarda do nosso patrimônio nacional.

4 O PATRIMÔNIO E AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL: Uma Abordagem Abrangente

Este capítulo aborda o patrimônio em um contexto informacional amplo, fundamentado no pressuposto de que o patrimônio cultural brasileiro abrange os conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade. Nesse contexto, na presente pesquisa, analisaremos o patrimônio cultural brasileiro à luz das expressões do Poder Nacional.

Para a compreensão das Expressões do Poder Nacional, especificamente as Expressões Científicas e Tecnológicas, relacionadas ao Patrimônio Brasileiro, no contexto de Proteção dos Conhecimentos Sensíveis elencados no PNPC da Abin, faz-se necessário o entendimento de alguns conceitos básicos, fundamentais para relacionarmos a Ciência da Informação, a Inteligência de Estado e o Patrimônio Brasileiro.

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional.

Objetivos Nacionais são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidade, interesses e aspirações em determinada fase de sua evolução histórico-cultural. Têm o Bem Comum como seu objetivo síntese.²¹

O conceito de Nação está ligado à ideia de identidade. O sentido de identidade, fundamentalmente cultural, revela-se não apenas na predominância de uma língua, uma religião e certos costumes, mas, sobretudo, na existência de um passado comum e na consciência de interesses e aspirações gerais que canalizam energias vitais para a construção do futuro.

Assim, Nação é entendida como:

Grupo complexo, constituído por grupos sociais distintos que, em princípio ocupando um mesmo Espaço Territorial, compartilham da mesma evolução histórico-cultural e dos mesmos valores movidos pela vontade de comungar um mesmo destino.²²

²¹ Fonte: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual da Escola Superior de Guerra: Manual Básico**. Rev., atual. Rio de Janeiro: ESG, 2013.3 v.

²² Fonte: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual da Escola Superior de Guerra: Manual Básico**. Rev., atual. Rio de Janeiro: ESG, 2013.3 v.

O patrimônio, carregado de sentido de valor para o homem, envolve o cuidado e o uso da herança cultural e natural enunciada e dialogada como um bem de valor.

O conceito abrangente de patrimônio cultural, contemplado, aqui, no sentido de bens culturais de natureza material e imaterial, integra o patrimônio genético ao patrimônio cultural.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²³

Studart (2007), em sua conferência sobre “Museus e Patrimônio Universal”, reconhece o patrimônio como “integral”, incluindo a cultura material e imaterial, os valores, os saberes, as diferentes expressões e visões de mundo, bem como os bens naturais.

Partindo do pressuposto da existência de valores comuns em uma sociedade, a autora afirma que é consenso que “o patrimônio é compreendido como um bem de alto valor simbólico para uma nação ou comunidade.”

Granato e Câmara (2008, p.174), em “Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações”, consideram patrimônio cultural “como aquele conjunto de produções materiais e imateriais do ser humano e seus contextos sociais e naturais que constituem objeto de interesse a ser preservado para as futuras gerações.

Oliveira (2008, p.26), em seu livro “Cultura é Patrimônio”, considera que a noção de patrimônio se confunde com a de propriedade herdada, pois, para a autora: “quando falamos de patrimônio, estamos lidando com história, memória e identidade, conceitos inter-relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo.”

²³ Definição de patrimônio cultural, segundo o artigo 216, da Constituição Federal de 1988. p.132.

De acordo com Lima e Costa (2007, p.2), o conceito de patrimônio e termos correlatos – herança, bem, monumento (ou no idioma inglês, *heritage*, *cultural heritage*, *natural heritage*) é algo que se recebe e do qual se toma posse por meio da sucessão. São manifestações e/ou exemplares intangíveis e tangíveis.

Vale destacar que, para a autora, o conceito de herança “Abarca paisagens, lugares históricos, sítios e paisagens construídas, assim como a biodiversidade, coleções, práticas passadas e atuais, conhecimento e experiências de vida”. Para ela, o ambiente natural e cultural estão inseridos no conceito de herança.

Corroborando a concepção ampla de patrimônio e com a ideia de herança, Poulot (2008, p.26), em “Um Ecossistema do Patrimônio”, defende que “o patrimônio é tradicionalmente uma expressão da cadeia de gerações”, retomando a definição originária de patrimônio como “bem de herança” e que, para o direito romano, é “o conjunto de bens familiares considerados não segundo o valor pecuniário, mas na sua condição de bens-a-transmitir.”

Poulot (2008, p.26) explica que a característica de transmissão distingue patrimônio dos demais bens, por isso, hoje: “o patrimônio se confunde com a herança cuja presença constatamos ao nosso redor e reivindicamos como nossa, prontos a intervir diretamente a fim de assegurar a sua preservação e inteligibilidade”.

Oliveira (2008, p.132), afirma que a nova concepção de patrimônio, chamado de imaterial ou intangível, refere-se a lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, entre outras manifestações. E o procedimento principal é o registro dessas práticas e seu acompanhamento, para verificar sua permanência e suas transformações.²⁴

Para Cerávolo (2004), patrimônio total são paisagens, sítios, edificações, bem como os objetos que são portadores de história ou de memória. Mais do que um valor de uso, os recursos da diversidade biológica têm para essas populações um valor simbólico e espiritual: os “seres” da natureza estão muito presentes na cosmologia, nos símbolos e em seus mitos de origem. Transcendem a dimensão econômica e permeiam o domínio das representações simbólicas e identitárias.

Diegues (2001 *apud* SANTILLI, 2004) defende que a etnobiodiversidade é a riqueza da natureza, da qual também participa o homem, nomeando-a,

²⁴ O Decreto n 3.551 de 2000 instituiu o inventário e o registro de bens culturais de natureza imaterial.

classificando-a e domesticando-a. Buscam-se formas de salvaguardar e registrar esse patrimônio. O conhecimento tradicional não é estático e sim dinâmico, e o termo “tradicional” não se refere à sua antiguidade: não se trata apenas de conhecimentos “antigos ou passados”, mas de conhecimentos também presentes e futuros que evoluem e se transformam, a partir de práticas dinâmicas.

Santili (2004) identificou diversos estudos que mostram que são as práticas, inovações e conhecimentos, desenvolvidos pelos povos indígenas e populações tradicionais, que conservam a diversidade biológica de nossos ecossistemas, principalmente das florestas tropicais, parte do nosso patrimônio genético.

Por esse contexto, a Abin tem apoiado as atividades de sensibilização implementadas pelo PNPC, disseminando os instrumentos previstos em legislação, promovendo seminários, minicursos, palestras, de forma a fomentar o desenvolvimento da cultura de proteção do conhecimento sensível, inclusive do conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira.

A abrangência do conceito de patrimônio cultural é fundamental para compreendermos o papel do PNPC, no que tange à salvaguarda do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, e do patrimônio científico-tecnológico, seja ele tangível ou intangível, pois, ambos, são expressões da mediação do homem com a natureza, ou seja, são expressões culturais que, conseqüentemente, integram o patrimônio universal.

Nesse contexto, entendemos que as expressões culturais brasileiras que integram o patrimônio são apresentadas nas expressões do Poder Nacional, principalmente nas expressões Científicas e Tecnológicas e econômicas.

As expressões do Poder Nacional, conforme consta na doutrina da ESG, registram que a Inteligência pode ser produzida em função das Expressões Política, Econômica, Psicossocial ou Militar.

A produção de informações referentes à determinada Expressão do Poder Nacional dever abranger seus fundamentos, fatores e órgãos. (...) As Informações produzidas devem permitir a análise e a interpretação de toda a sua fenomenologia, tendo em vista propiciar subsídios que orientem a Política Nacional, nos âmbitos nacional e internacional.

Apresentamos, a seguir, o quadro que integra as expressões com os fundamentos do Poder Nacional.

QUADRO 3 – As Expressões do Poder Nacional

PODER NACIONAL					
FUNDAMENTOS	EXPRESSÕES				
	POLÍTICA	ECONÔMICA	PSICOSSOCIAL	MILITAR	CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
HOMEM	Povo	Recursos	Pessoa	Recursos	Recursos Humanos
TERRA	Território	Recursos Naturais	Ambiente	Território	Recursos Naturais e Materiais
INSTITUIÇÕES	Instituições Políticas	Instituições Econômicas	Instituições Sociais	Instituições Militares	Instituições de C & T

Fonte: Manual da Escola Superior de Guerra (2013, p.36),

A interface existente entre CI e a Inteligência de Estado, identificada no capítulo anterior, denominada Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis, aliada à Inteligência Econômica, pode contribuir com a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, considerado como conhecimento sensível, de interesse estratégico para a nossa nação, por meio de medidas especiais de proteção, especialmente, nas áreas de atuação, citadas no capítulo anterior, que o PNPC se destina a proteger, tais como defesa nacional; pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica; energia, incluídas as fontes alternativas; minerais e materiais estratégicos; conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; agropecuária; desenvolvimento socioeconômico; educação e promoção de cultura de proteção do conhecimento sensível.

Tendo em vista a integração do Homem, Terra e Instituições com as expressões do Poder Nacional e as áreas de atuação do PNPC, elencamos que uma das iniciativas de proteção do Conhecimento Sensível é a avaliação de risco, especificamente a espionagem, o vazamento, a sabotagem e o sinistro.

Como forma de proteger nosso patrimônio, é considerada como um dos pilares da atividade de Contraineligência da Abin a Avaliação de Risco: uma metodologia, denominada Metodologia de Análise de Riscos com Ênfase na Ameaça (ARENA), que foi desenvolvida pela Abin de modo convergente com a norma ISO 31000/2009.

A ARENA define o conceito de risco como a incerteza sobre os acontecimentos que podem comprometer a operação de uma infraestrutura crítica ou a realização de grandes eventos.

No âmbito da metodologia, o “risco” corresponde à potencial consequência negativa – denominada “impacto” – ocasionada pela exploração de uma vulnerabilidade por determinado agente ou fenômeno identificado como “fonte de ameaça”.

As “fontes de ameaça” consistem em entidades, grupo de pessoas, fenômeno da natureza ou agente biológico que apresentam potencial de provocar situações de ameaça ao objeto da avaliação de risco.²⁵

No PNPC, cujo foco são as instituições parceiras, a avaliação de risco, como um dos processos de implementação do programa, considera as seguintes fontes de ameaça²⁶:

1. *Espionagem*: obtenção de dados, informações ou conhecimentos de maneira clandestina, de forma a proporcionar benefícios ao autor da ação.
2. *Vazamento*: difusão não autorizada de assuntos sensíveis ou sigilosos.
3. *Sabotagem*: ato provocado intencionalmente contra instalações, processos organizacionais, documentos, atividades desenvolvidas pela instituição.
4. *Sinistro*: ocorrência de danos, totais ou parciais, como consequência de incêndios, desabamentos, alagamentos, acidentes ou outros fenômenos naturais.

Nesse sentido, cabe reforçar a relação intrínseca entre o Patrimônio e a importância das ações de avaliação de risco nas diversas instituições brasileiras, seja no âmbito de patrimônio ambiental, científico e tecnológico ou no âmbito de

²⁵ Site da Abin. <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc/> Acesso em: 10/05/2016.

²⁶ Site da Abin. <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc/> Acesso em: 14/05/2016.

patrimônio cultural, este contido no conceito de integridade do patrimônio nacional.

Integridade do Patrimônio Nacional²⁷: integridade do território, do mar territorial, da zona contígua, da zona econômica e da plataforma continental, bem como do espaço aéreo sobrejacente. Integridade dos bens públicos, dos recursos naturais e do meio ambiente, preservados da exploração predatória. Integridade do patrimônio histórico-cultural, representada pela língua, costumes e tradições. Enfim, a preservação da identidade nacional.

Retomando a ideia abrangente de Patrimônio e o pressuposto de que o Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade, a Abin defende que²⁸:

a atuação da Contraineligência ultrapassa os limites da Abin e do Sisbin. Ela contribui para a salvaguarda do patrimônio nacional sob a responsabilidade de instituições das mais diversas áreas, consideradas de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento nacional.

Vale ressaltar – apesar de não ser nosso objeto de análise – mas, por integrar o Patrimônio Brasileiro, a Abin também criou o Programa Universidade & Inteligência (UNINT), voltado para o ambiente acadêmico e que visa contribuir para a proteção de conhecimentos nas Instituições de Ensino Superior, promovendo uma cultura de proteção, em complementação às ações que assegurem o direito à propriedade intelectual.

Segundo a Abin:

a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos tem permitido crescente inserção do Brasil no cenário internacional. Avanços tecnológicos em setores considerados estratégicos têm sido alcançados graças às atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas nas principais universidades nacionais.

Não obstante o desenvolvimento alcançado, verifica-se que a proteção de conhecimentos gerados nos centros acadêmicos-científicos ainda é incipiente. Esse fato os deixa vulneráveis a diferentes tipos de ameaças e compromete a consecução dos objetivos institucionais.

Esse contexto acadêmico é relevante para compreendermos a necessidade de proteção do conhecimento sensível gerado, de forma a promover uma cultura de

²⁷ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual da Escola Superior de Guerra: Manual Básico**. Rev., atual. Rio de Janeiro: ESG, 2013.3 v.

²⁸ Fonte: Site Abin.

<http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligencia/contrainteligencia/>. Acesso em: 20/04/16.

proteção que equilibre a relação entre publicar e proteger o conhecimento sensível, mantendo o sentido de valor da promoção à inovação, à pesquisa e ao compartilhamento do conhecimento, fundamentais para a construção de um ambiente criativo, inventivo e inovador que vise à transformação da cultura para o desenvolvimento do nosso país.

A partir das ações preventivas da Contrainteligência, apresentamos a Salvaguarda do Patrimônio Nacional como uma interface existente entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, pois – como abordamos o patrimônio em um contexto informacional amplo, relativo aos interesses da Nação e que tem o Bem Comum como objetivo-síntese – a preservação da identidade nacional é uma iniciativa essencial para a integridade do nosso patrimônio e, conseqüentemente, para o fortalecimento de uma cultura de proteção desse conhecimento sensível, reconhecido como um bem de valor para o homem.

Segundo a Doutrina Nacional de Inteligência, a atividade de Inteligência deve ser norteadada pela Ética compreendida por princípios e valores morais disciplinadores, entre os quais se destacam a lealdade à Nação – sentimento de servir à causa pública e jamais a si mesmo – e a completa consciência de que os fins da atividade prevalecem sobre os interesses pessoais ou de grupos.²⁹

²⁹ CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN. **Manual de Inteligência**: Doutrina Nacional de Inteligência - Bases Comuns. Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 2004, 44p.

5 METODOLOGIA

O percurso metodológico da presente pesquisa se fundamentou no método dedutivo como instrumento para elencar as interações entre a Ciência da Informação (CI) e a Inteligência de Estado, no que tange à Proteção do Conhecimento Sensível, no intuito de validar a hipótese formulada de que existe interdependência entre as áreas de conhecimento no estudo alinhada aos pressupostos norteadores da pesquisa, juntamente com os objetivos específicos, para o cumprimento do objetivo geral que busca responder ao problema de pesquisa apresentado.

O método dedutivo é um método científico que se fundamenta na explicação de um fenômeno, a partir da insuficiência de um conhecimento, apresentado pelo problema de pesquisa, que será respondido por hipóteses formuladas, as quais serão testadas para serem validadas ou não, a partir das inferências analisadas por um processo dedutivo de análise.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 74), “todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito a informação já contida nas premissas. Dessa forma, se a conclusão, a rigor, não diz mais que as premissas, ela tem de ser verdadeira se as premissas o forem.” Sintetizando, o método dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas.

Gil (1999, p. 27), desenvolvendo sobre os métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação científica, conceitua o método dedutivo como:

O método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente forma, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

A partir dos pressupostos teóricos justificados pelo método dedutivo, fundamentado por hipótese e por um constructo teórico, cujas inferências analisadas, teoricamente, darão suporte a uma análise crítica concreta, aliada a um estudo de caso do PNPC, sob a égide da Abin, se chegará à singularidade que surge do universal para o particular.

A singularidade desta pesquisa será sustentada por pressupostos gerais que apoiarão a compreensão da unidade de estudo analisada: o PNPC.

O recorte da unidade de análise do estudo de caso, o PNPC, nos permitirá analisar, de forma a contribuir, qualitativamente, a partir das inferências relativas às iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível sobre as interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, identificadas no constructo teórico desenvolvido.

Nesse contexto, os fundamentos da pesquisa, juntamente com a compreensão do constructo teórico, foram o alicerce para a identificação das interfaces que subsidiarão a criação de categorias de análise, desenvolvidas neste capítulo.

Trata-se de um estudo de caso que objetiva enriquecer a aplicabilidade do processo de conceituação e categorização para delimitação de domínio, identificação e confirmação dos termos que serão abordados na revisão bibliográfica. Corroborando com essa ideia, Severino (2007, p.121) defende que:

A pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significamente representativo.

Segundo Yin (2001), em “Estudo de Caso: planejamento e métodos”, “pode-se definir o estudo de caso como uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real.” O estudo de caso “beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados” (YIN, 2001).

Quanto à natureza da pesquisa, podemos classificá-la como uma pesquisa básica e, ao mesmo tempo, aplicada, pois, segundo Gil (1994) a pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” e a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidos à solução de problemas específicos.”

Quanto à forma de abordagem ao problema, consideramos a pesquisa como qualitativa, pois, segundo Gil (1994), “a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números; a pesquisa é descritiva, o pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente”, a partir do estudo de caso sobre o PNPC, da Abin.

Quanto aos procedimentos técnicos, podemos classificar a pesquisa como bibliográfica, a partir do método dedutivo do constructo teórico e documental e a partir do método indutivo do estudo de caso. Segundo Gil (1994):

Pesquisa bibliográfica: elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, Internet, etc.;

Pesquisa documental: elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico;

Estudo de caso: envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o amplo e detalhado conhecimento;

Pesquisa *ex- post- facto*: quando o experimento se realiza depois dos fatos (...)

A pesquisa tem como base material relacionado a tema, livros, revistas, artigos, monografias, dissertações e teses, disponibilizados em bibliotecas e em arquivos eletrônicos na internet, de portais científicos confiáveis e seguros, além de documentação (sigilosa) derivada do sistema de inteligência da Abin.

Vale ressaltar que as fontes, a partir das quais esta pesquisa foi desenvolvida, foram o site da Abin (reformulado recentemente, no início de 2016, após a alteração de sua estrutura organizacional), o Manual de Inteligência: Doutrina Nacional de Inteligência: Bases Comuns, elaborado, em 2004, pelo Conselho Consultivo do Sisbin, tendo como seu órgão central a Agência Brasileira de Inteligência, e as Legislações correlatas à Atividade de Inteligência de Estado e de Proteção do Conhecimento Sensível.

Como sugestão na banca de qualificação, foi formulado um planejamento teórico, a partir da elaboração de um quadro como apoio ao referencial teórico, apresentando o título do trabalho, a síntese do estudo, o referente autor, o ano e a fonte da publicação. Esse processo auxiliou a identificação de interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, tais como: a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência Estratégica como apoio ao processo decisório, conceitos, categorias e sistemas relacionados à Atividade de Inteligência, Proteção e Compartilhamento do Conhecimento, Cultura e Aprendizagem Organizacional, Competência Informacional, Patrimônio, Expressões do Poder Nacional e estudos comparativos relacionando a CI com a Atividade de Inteligência.

No Portal Capes, como uma pesquisa exploratória, objetivando abranger o universo bibliográfico científico que aborda a CI, no contexto da Atividade de

Inteligência, foram recuperados quatorze trabalhos. Dentre eles, apenas dois foram utilizados no referencial teórico da presente pesquisa.

O Estudo de caso proposto na pesquisa e as análises desenvolvidas foram subsidiadas por informações e conhecimentos transmitidos tanto pela Abin quanto pelas instituições parceiras do PNPC, através da participação, como observadora, em diversos eventos realizados, desde o início da elaboração do Projeto de Pesquisa até sua finalização. As palestras, os fóruns e os encontros promovidos pela Superintendência Estadual de Minas Gerais da Abin (SEMG/ABIN) proporcionaram uma vasta troca de experiências entre os atores envolvidos e, conseqüentemente, a geração de conhecimento, nas diversas fases de implementação do programa. Após cada encontro, os participantes representantes das instituições presentes receberam um relatório, como memória do evento, contemplando fotos, informações básicas pertinentes à estrutura do evento e à temática discutida pelos palestrantes, as questões levantadas pelo público presente e reflexões através de debates, depoimentos sobre a experiência na implementação de medidas preventivas, melhores práticas de proteção, demandas na realização de avaliação de riscos aos conhecimentos sensíveis, e, por fim, sugestões para os próximos eventos, críticas e avaliações.

No intuito de facilitar o entendimento da criação das categorias que nortearam as análises desenvolvidas que foram fundamentadas no estudo de caso do PNPC e no constructo teórico desenvolvido, desenvolveremos um quadro sintético-comparativo do escopo da pesquisa – o alinhamento da hipótese com os pressupostos norteadores e os objetivos específicos – através do método dedutivo que subsidiou o desenvolvimento de categorias de análise, na identificação das interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado. Essas interfaces, desenvolvidas na pesquisa, fundamentadas na teoria, serão a base para as contribuições das iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, do PNPC, da Abin.

Gil (1999, p. 169) explica que, para que as categorias sejam úteis na análise dos dados, devem atender a algumas regras básicas, tais como:

- a) o conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação;
- b) o conjunto de categorias deve ser exaustivo; e

c) as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas.

Para Gil (1999, p.170), o desenvolvimento de categorias é facilitado no caso de pesquisas cujo planejamento envolveu a construção de hipóteses e que tiveram os dados obtidos a partir de instrumentos padronizados. O autor enfatiza, também, que não se deve estabelecer um número muito grande de categorias, para não dificultar a interpretação dos dados obtidos.

Em síntese, as categorias serão baseadas de forma estrutural: no escopo da pesquisa; no constructo teórico desenvolvido de acordo com a divisão dos capítulos, que foram norteados pelos pressupostos, e nas interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, identificadas no decorrer da pesquisa.

As categorias serão apresentadas no Quadro 4, logo a seguir, e explicadas posteriormente, no capítulo referente às análises.

QUADRO 4 – As Categorias de Análise

CAPÍTULOS	PRESSUPOSTOS NORTEADORES	INTERFACES EXISTENTES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO	CATEGORIAS
1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: O Contexto Estratégico	A Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo da Atividade de Inteligência.	Usuário da Informação Estratégica Processo Decisório Estratégico Produção do Conhecimento Estratégico Produto do Conhecimento Estratégico Sistema Informacional Estratégico	O CONTEXTO INFORMACIONAL ESTRATÉGICO
2. A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: Uma Visão Estratégica	A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.	Abordagem Humana Abordagem Econômica Abordagem Metodológica Abordagem Organizacional Abordagem Sistêmica	INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA DA GIC
3. A PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL E A CONTRAINTELIGÊNCIA DE ESTADO: Um Instrumento Preventivo	A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contrainteligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível.	Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico-Tecnológico Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico-Financeiro Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico-Fiscal Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico-Mercadológico Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis	MONITORAMENTO DO AMBIENTE INFORMACIONAL ECONÔMICO
4. O PATRIMÔNIO E AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL: Uma Abordagem Abrangente	O Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade.	Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis Metodologia de Análise de Riscos Conceito abrangente de patrimônio cultural brasileiro Salvaguarda do Patrimônio Nacional A Ética como Princípio	INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, identificadas no constructo teórico.

6 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL (PNPC) – UM ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DE RESULTADOS

Nossa análise buscará identificar de que forma as interfaces existentes entre a Ciência da Informação (CI) e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da compreensão do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento (PNPC) da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e das categorias de análise desenvolvidas, conforme explicado no capítulo anterior, referente à Metodologia.

A Abin tem a competência legal de planejar e executar a proteção desses conhecimentos e, para cumprir essa atribuição, implementa o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível.

O PNPC, como nossa unidade de análise, é um programa preventivo voltado para instituições nacionais, públicas ou privadas, detentoras de conhecimentos sensíveis, cuja proteção interessa ao Estado, nas áreas de atuação relacionadas à defesa nacional; pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica; energia; minerais e matérias estratégicas; conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; agropecuária; desenvolvimento socioeconômico; educação e promoção da cultura de proteção do conhecimento sensível.

Esse programa propõe atuação integrada na identificação dos conhecimentos sensíveis a serem protegidos; os meios de produção, suporte, armazenamento e transmissão desses conhecimentos e as ameaças reais e potenciais ao conhecimento detido pela instituição.

A implementação do PNPC se dá em três fases: na primeira fase, de sensibilização, o corpo funcional da instituição parceira é conscientizado sobre a importância dos conhecimentos sensíveis e são apresentadas boas práticas para a sua proteção. Na segunda fase, de avaliação de riscos, os conhecimentos que devem ser protegidos são identificados, assim como os níveis de ameaça, em relação a espionagem, vazamento, sabotagem e sinistro. Na sequência, os sistemas de proteção para a identificação de vulnerabilidades são avaliados no intuito de apresentar recomendações de medidas corretivas, procedimentos e controles de segurança, consolidadas em um Relatório de Avaliação de Riscos. Por fim, na

terceira fase, de acompanhamento, ações conjuntas durante a execução do programa são avaliadas e são oferecidos, pela Abin, apoio e assessoramento na implementação de recomendações de segurança, relacionadas aos conhecimentos sensíveis da instituição, tanto no que tange à normatização para elaboração de políticas quanto à classificação de documentos.

A metodologia de proteção do conhecimento desenvolvida pela Abin é fundamentada em normas e técnicas e na legislação vigente, abordando quatro segmentos de proteção:

- a) Proteção Física: medidas destinadas à proteção dos locais onde são produzidos, tratados, custodiados ou armazenados conhecimentos, informações, dados e materiais sigilosos;
- b) Proteção na Gestão de Pessoas: medidas que buscam dificultar o ingresso de pessoas cujo perfil é inadequado para os padrões de segurança da instituição, bem como outras medidas que buscam assegurar padrões de comportamento profissional e ético recomendáveis para a salvaguarda dos conhecimentos sensíveis;
- c) Proteção de Documentos: medidas destinadas a proteger a elaboração, o manuseio, o trânsito, a difusão, o armazenamento e o descarte de documentos sigilosos, bem como a sua adequação às leis e normas que regulamentam as atividades da instituição;
- d) Proteção de Sistemas de Informação: medidas que visam a garantir o funcionamento da infraestrutura tecnológica de suporte ao acesso, armazenamento e comunicação dos dados, informações e conhecimentos sensíveis.³⁰

O PNPC objetiva:

- a) Conscientizar detentores de conhecimentos sensíveis nacionais sobre as ameaças a que estão sujeitos;
- b) Fomentar o desenvolvimento da cultura de proteção do conhecimento sensível, inclusive do conhecimento tradicional associado à biodiversidade;
- c) Apresentar medidas de proteção desses conhecimentos e assessorar na sua implementação;
- d) Promover a interação de órgãos governamentais e instituições nacionais detentoras de conhecimentos sensíveis.³¹

³⁰ Fonte: site da Abin. <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc/>. Acesso em 20/04/16.

³¹ Fonte: site da Abin. <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc/>. Acesso em

Além dos objetivos diretos, o programa proporciona benefícios indiretos às instituições, tais como melhorias obtidas nos processos de gestão da informação sensível que podem ser aplicadas, analogamente, à gestão de dados e conhecimentos não sensíveis, resultando em aperfeiçoamento em toda a cadeia de produção e gestão dos conhecimentos da organização.

Por meio da apresentação do quadro seguinte, buscaremos apresentar, de forma sintética, os componentes básicos do PNPC: o que é, quais são seus objetivos, seu público-alvo, seu histórico, legislação, atuação, atividades, implementação e fases.³²

20/04/16.

32

Disponível em:
http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=O_que_%E9_o_PNPC%3F
Consulta realizada em: 25/04/15 e atualizada em: 20/04/16.

QUADRO 5 – Sintético do PNPC

QUADRO SINTÉTICO	
PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL (PNPC)	
O QUE É	PNPC - Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (Abin) é um instrumento preventivo para a proteção e salvaguarda de conhecimentos sensíveis de interesse da sociedade e do Estado brasileiros. O Programa foi instituído pela Abin a fim de exercer a sua atribuição institucional, estabelecida pelo § 4º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, de “planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade” (BRASIL, 1999). A execução do PNPC está sob a responsabilidade do Departamento de Contrainteligência da Abin.
OBJETIVOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conscientizar os detentores de conhecimentos sensíveis nacionais sobre as ameaças a que estão sujeitos. 2. Fomentar o desenvolvimento da cultura de proteção do conhecimento sensível, inclusive do conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira. 3. Apresentar medidas de proteção para esses conhecimentos e assessorar na sua implementação. 4. Interagir com órgãos governamentais e instituições nacionais detentores de conhecimentos sensíveis.
PÚBLICO-ALVO	<p>Instituições nacionais, públicas ou privadas, que geram ou custodiam conhecimentos sensíveis para o Brasil. O PNPC atuará prioritariamente nos seguintes campos de atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. defesa nacional; 2. pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica; 3. energia, incluídas novas fontes alternativas; 4. minerais e materiais estratégicos; 5. conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; 6. agronegócio; 7. desenvolvimento socioeconômico; 8. educação e promoção de cultura de proteção do conhecimento sensível.
HISTÓRICO	<p>Desde a década de 1980, o Brasil se preocupa com a Proteção do Conhecimento. Em 1983, a Escola Nacional de Informações, desenvolveu o primeiro Estágio de Proteção da Informação Empresarial, com o objetivo de oferecer instrumentos para auxiliar as instituições a protegerem informações empresariais sensíveis.</p> <p>A experiência foi bem-sucedida. A procura por estágios de proteção crescia ano a ano. Para atender à demanda, foi então criado, em 28 de novembro de 1997, por meio da Portaria nº. 277, da Casa Militar da Presidência da República (CMPR), o PNPC, para ser executado em conformidade com plano específico da Subsecretaria de Inteligência, unidade técnica encarregada das ações de inteligência, vinculada à CMPR.</p> <p>Em 5 de novembro de 2001, foi realizado o “I Simpósio Regional de Proteção ao Conhecimento”, no Rio de Janeiro/RJ. Desde então, os Simpósios de Proteção ao Conhecimento e outras atividades de sensibilização são regularmente promovidos pela Abin, nas</p>

	<p>capitais dos estados, com a finalidade de contribuir para a criação de uma cultura de proteção no âmbito das comunidades científica, tecnológica, acadêmica, empresarial e de gestão do Estado.</p> <p>Ao longo dos anos, a atividade de proteção do conhecimento da Abin vem evoluindo, aprimorando sua metodologia de trabalho e se adaptando aos diversos públicos com os quais atua e aos novos e constantes desafios do mundo moderno.</p>
<p>LEGISLAÇÃO REFERENTE</p>	<p>A Lei nº 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e criou a Abin, estabeleceu, no Art. 4o. inciso II, como uma das competências da Abin “planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade”.(BRASIL, 1999).</p> <p>A legislação relacionada à proteção de conhecimentos sensíveis e sigilosos se encontra na Série Coletânea de Legislação n.º 4, que será analisada posteriormente, no desenvolvimento deste estudo. Divulgando-a, a Abin proporciona o embasamento legal para estabelecer medidas e procedimentos de proteção a assuntos sigilosos e espera contribuir para a disseminação dos instrumentos previstos em legislação, proporcionando um ponto de partida para a criação de sistemas de proteção adequados aos assuntos sigilosos julgados de interesse do Estado e da sociedade brasileira.</p>
<p>ATUAÇÃO</p>	<p>O PNPC é desenvolvido por meio do estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica ou Convênios entre a Abin e as instituições nacionais detentoras de conhecimentos sensíveis, sendo adaptável às necessidades de cada instituição.</p> <p>O Programa propõe atuação integrada, abrangente e pormenorizada. Compreende a educação de segurança e a identificação de ameaças e vulnerabilidades em quatro segmentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Proteção física e do ambiente: medidas destinadas à proteção dos locais onde são elaborados, tratados, manuseados, custodiados ou armazenados conhecimentos, informações, dados e materiais sigilosos. b) Proteção de documentos e conformidade: medidas destinadas a proteger a elaboração, o manuseio, o trânsito, a difusão, a recepção, o armazenamento e o descarte de documentos sigilosos, bem como a sua adequação às leis e normas que regem o negócio da instituição. c) Proteção na gestão de pessoas: medidas que visam a dificultar o ingresso de pessoas não desejáveis na instituição, além de assegurar padrões de comportamento profissional e ético adequados aos funcionários admitidos, a fim de salvaguardar os conhecimentos sensíveis. d) Proteção de sistemas de informação e continuidade: medidas que visam a garantir o funcionamento da infraestrutura tecnológica de suporte ao acesso, ao armazenamento e à comunicação de dados, informações e conhecimentos sensíveis, destinados a garantir a sua integridade, disponibilidade e confidencialidade, além de prover o restabelecimento desses serviços em caso de sinistro. <p>Essa divisão ocorre por razões didáticas, uma vez que os segmentos são complementares e devem ser tratados conjuntamente, para que se alcance o nível de proteção desejado.</p> <p>A metodologia utilizada no PNPC foi desenvolvida pela Abin, com base em metodologias reconhecidas e experimentadas em todo o mundo.</p> <p>A análise dos riscos que incidem sobre os ativos que contêm os conhecimentos sensíveis a serem protegidos também faz parte do PNPC.</p> <p>Além do PNPC, a Abin, por meio da Coordenação-Geral de Proteção do Conhecimento Sensível, assessora os órgãos competentes na elaboração de acordos internacionais e outros instrumentos normativos e participa de fóruns de discussão sobre temas estratégicos, que vão desde a energia nuclear e infraestruturas críticas até biopirataria.</p>

IMPLEMENTAÇÃO	<p>A fim de verificar o dimensionamento adequado das necessidades institucionais de proteção, por meio de metodologia própria, são identificados:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) o conhecimento sensível a ser protegido; b) os meios de produção, suporte, armazenamento e transmissão; c) as ameaças reais e potenciais a esse conhecimento. <p>O cronograma de trabalho é estabelecido em conjunto com a instituição interessada, que pode sugerir os segmentos ou setores que serão avaliados prioritariamente, conforme as suas necessidades.</p> <p>Como resultado direto da implementação do PNPC na instituição, há o incremento da proteção dos conhecimentos sensíveis. Como resultados indiretos, a melhoria de processos organizacionais e a aplicação de soluções análogas aos dados, informações e conhecimentos não sensíveis da organização, a partir do estabelecimento da cultura de proteção, voltada para a defesa dos ativos institucionais.</p> <p>Todo o processo de implementação do PNPC é realizado por profissionais da Abin. Esse trabalho não implica acesso a dados, sistemas, informações e conhecimentos da instituição parceira, salvo aqueles estritamente relacionados aos processos que visam à proteção de conhecimentos sensíveis.</p>
FASES	<p>O Programa é desenvolvido em fases e implementado conforme as necessidades das instituições. São fases do PNPC:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sensibilização: atividades destinadas à conscientização dos profissionais da instituição para a adoção de medidas, procedimentos e comportamentos adequados, considerada a natureza sensível dos assuntos aos quais tenham acesso. 2. Identificação de alvos e ameaças: identificação do que deve ser protegido e do nível de ameaça existente. É realizada de forma conjunta, Abin e instituição parceira. 3. Diagnóstico: avaliação do sistema de proteção da instituição parceira, a fim de identificar vulnerabilidades e recomendar ações, procedimentos e controles de segurança, tendo por base a metodologia de proteção do conhecimento sensível desenvolvida pela Abin; a legislação vigente; e as características funcionais da instituição parceira. 4. Acompanhamento: ações conjuntas de acompanhamento e avaliação da execução das ações previstas, bem como apoio e assessoramento na implementação de recomendações de segurança. 5. Normatização: consultoria e assessoramento para a elaboração de políticas e normas internas concernentes à proteção de conhecimentos. 6. Classificação: atividades que visam a orientar e a exercitar a aplicação de critérios legais e institucionais, para a classificação de documentos contendo assuntos sensíveis.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site da Abin (2015).

6.1 Contexto Informacional Estratégico

A Categoria **Contexto Informacional Estratégico** caracteriza-se pelo aspecto estratégico-informacional da produção do conhecimento, do produto conhecimento, do sistema informacional, do processo decisório e do usuário da informação.

Nesse sentido, o sistema informacional – como parte do contexto informacional estratégico, aplicado à Atividade de Inteligência – objetiva reunir dados a serem analisados, produzir informação contextualizada a ser interpretada que gera conhecimento de Inteligência, que apoia o processo de tomada de decisão estratégica do usuário da informação.

Esse sistema contribui diretamente com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, no âmbito de atividades destinadas à conscientização dos profissionais das instituições, parceiras da Abin, através do PNPC, objetivando a adoção de medidas, procedimentos e comportamentos adequados, considerada a natureza sensível dos assuntos aos quais tenham acesso, tendo em vista que o usuário da informação é o tomador de decisões em relação aos conhecimentos que deverão ser protegidos e os que deverão ser compartilhados, de maneira sistêmica, integrada, abrangente e pormenorizada.

Todo o sistema informacional da Atividade de Inteligência tem como objetivo apoiar o processo de tomada de decisão estratégica, e a Ciência da Informação (CI), pelo seu caráter eminentemente interdisciplinar, defendida por Tarapanoff (2006), busca sinergia entre Estratégia, Informação, Conhecimento e Inteligência. Essa sinergia, na presente análise, visa, no campo de estudos da informação, analisar os fenômenos da Atividade de Inteligência pelo seu compartilhamento disciplinar, mas que não se confundem, apesar da semelhança do processo metodológico de obtenção, análise e disseminação de informações que subsidiam o processo decisório.

O contexto informacional estratégico, identificado como uma interface existente entre a CI e a Inteligência de Estado, pelo seu caráter estratégico, nos permite inferir, a partir de nossa unidade de análise – o PNPC – e de seus componentes, que o usuário da informação estratégica – o qual é o tomador de decisões – é fundamental para fomentar o desenvolvimento de uma cultura de proteção das informações estratégicas, das instituições nacionais públicas ou

privadas, detentoras de conhecimentos sensíveis. Para tal, é essencial que esse usuário busque o aperfeiçoamento contínuo da cadeia de produção e gestão dos conhecimentos da organização, através de tomada de decisões assertivas na proteção de conhecimentos sensíveis, a partir de um processo decisório estratégico subsidiado pela melhoria contínua da produção do conhecimento estratégico, que possibilite a criação de conhecimento, denominado produto de Inteligência.

Para o cumprimento do objetivo do PNPC de conscientizar os detentores de conhecimentos sensíveis nacionais sobre as ameaças a que estão sujeitos, esse usuário – que é tomador de decisões estratégicas – deve manter o aprimoramento constante do sistema informacional estratégico, denominado sistema de inteligência.

O aprimoramento desse sistema, a partir do olhar do usuário da informação estratégica, do tomador de decisão estratégica e do produtor do conhecimento estratégico, possibilita contribuir com a implementação do PNPC em suas três fases, incluindo as medidas de proteção dos segmentos do PNPC.

Na etapa inicial de Sensibilização, em que são desenvolvidas atividades de conscientização sobre a importância dos conhecimentos sensíveis para todos os colaboradores da instituição parceira, são fundamentais a adoção de medidas que estimulem o comprometimento dos tomadores de decisões estratégicas para a formulação de políticas que norteiem a organização de forma sistêmica; a definição de estratégias que sejam alinhadas com um planejamento organizacional e o desenvolvimento de uma cultura de proteção das informações estratégicas, a partir de um processo contínuo de aprendizagem de todo o contexto informacional estratégico da organização.

Na Etapa de Avaliação de Risco, que consiste em um diagnóstico da instituição parceira sobre os conhecimentos que devem ser protegidos e as vulnerabilidades da organização, iniciativas de melhoria dos processos de produção de informações estratégicas e de conhecimentos sensíveis, através de uma gestão por processos, podem contribuir com a minimização de ameaças existentes à organização, tais como espionagem, vazamento, sabotagem e sinistro.

Nesta etapa, realiza-se a avaliação dos sistemas de proteção para a identificação de vulnerabilidades, através de medidas corretivas, dos quatro segmentos:

1. Proteção Física: o usuário da informação estratégica deve identificar os locais físicos onde é realizada a produção do conhecimento estratégico, em toda a organização.
2. Proteção na Gestão de Pessoas: o usuário da informação estratégica deve identificar comportamentos inadequados para a instituição, em todo o contexto informacional estratégico, de forma a promover o desenvolvimento de uma cultura de proteção das informações estratégicas, a partir de uma conduta ética que vise à salvaguarda de conhecimentos sensíveis.
3. Proteção de Documentos: o usuário da informação estratégica, a partir de uma gestão de arquivos e documentação eletrônica, contribuirá com a identificação e proteção de documentos sensíveis, no contexto informacional estratégico em que a organização está inserida.
4. Proteção de Sistemas de Informação: o usuário da informação estratégica, a partir do desenvolvimento de um sistema informacional estratégico, que permita a integração do produto, do processo e da organização, com o apoio das tecnologias da informação e comunicação, visando à segurança das informações estratégicas e dos conhecimentos sensíveis, no contexto informacional estratégico em que a instituição parceira está inserida.

A etapa de Acompanhamento consiste no acompanhamento e avaliação da execução do programa. No contexto das informações estratégicas, iniciativas de normatização de processos e classificação de informações deverão ser baseadas em um ciclo informacional de melhoria contínua, em que a criação de indicadores de desempenho aliada a uma gestão por processos fundamentada nas referências normativas e técnicas de segurança da informação poderão contribuir com o aprimoramento do sistema de proteção dos conhecimentos sensíveis da instituição parceira da Abin.

Em síntese, o contexto informacional estratégico da organização parceira da Abin, no PNPC, contribuirá com o dimensionamento adequado das necessidades

institucionais de proteção relativos aos meios de produção, suporte, armazenamento e transmissão das informações estratégicas.

6.2 Integração Estratégica da GIC

A Categoria **Integração Estratégica da GIC** caracteriza-se pelo aspecto estratégico-integrativo da Gestão da Informação e do Conhecimento com a Inteligência Estratégica.

Nesse sentido, por meio da integração estratégica, informação, conhecimento e inteligência, numa perspectiva sintética e relacionada à Atividade de Inteligência de Estado, integram o fluxo informacional entre produto, processo, sistema e organização. As abordagens humana, econômica, metodológica, organizacional e sistêmica, numa visão integrada da GIC, objetivam a produção do conhecimento de Inteligência, que subsidia o processo decisório estratégico.

No campo da Ciência da Informação (CI), a GIG aliada à Inteligência Estratégica com sistemas, recursos de informação e objetivos de uma organização são fundamentais como insumo para o processo de tomada de decisão estratégica. Nesse contexto, podemos reforçar que o tomador de decisão, que é um ser social, inserido na sociedade, em sua cultura, constrói o conhecimento, pois, segundo Valentim e Gelinski (2005), ele interpreta a informação sobre o ambiente de modo a dar significado ao que está acontecendo à organização, criando novos conhecimentos combinado com a experiência de seus colaboradores que estão sempre aprendendo e inovando. Corroborando com essa ideia, Tarapanoff (2006) defende que a inteligência é criada ao longo de um processo de gestão da informação e do conhecimento, elaborando um sistema útil às organizações integrado em sua cultura e em seus cenários voltados ao futuro.

A Integração Estratégica da GIC, identificada como uma interface existente entre a CI e a Inteligência de Estado, pelo seu caráter estratégico-integrativo para a produção do conhecimento de inteligência, no contexto da Inteligência de Estado, utiliza técnicas de diversas áreas do conhecimento e é integrado, sistemicamente, por meio do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e de seu Departamento de Integração (Disbin) – parte integrante da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Esta atua como órgão central responsável pelo processo de

obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência e tem a competência legal de planejar e executar a proteção dos conhecimentos sensíveis, a partir da implementação do PNPC.

Para o cumprimento do objetivo do PNPC de promover a interação de órgãos governamentais e instituições nacionais detentoras de conhecimentos sensíveis, abordagens da Gestão da Informação e do Conhecimento, em seus aspectos humanos, econômicos, metodológicos, organizacionais e sistêmicos visam integrar estrategicamente produtos, processos, organizações e sistemas relacionados ao contexto informacional estratégico nos quais os detentores de conhecimentos sensíveis estão inseridos.

As abordagens da GIC aliada à Inteligência Estratégica, com enfoque informacional integrativo, visam contribuir com a implementação do PNPC, em suas três fases, incluindo as medidas de proteção dos segmentos do PNPC.

Na etapa inicial de Sensibilização, em que são desenvolvidas atividades de conscientização sobre a importância dos conhecimentos sensíveis, para todos os colaboradores da instituição parceira, é fundamental que os colaboradores da instituição detentora de conhecimentos sensíveis compreendam como uma gestão da informação e do conhecimento, eficiente e eficaz, aliada à inteligência estratégica, no contexto organizacional, pode contribuir com o aperfeiçoamento da cadeia de produção e gestão dos conhecimentos, sejam eles sensíveis ou não, mas que visam à melhoria da gestão dos conhecimentos sensíveis da instituição parceira da Abin.

Na Etapa de Avaliação de Risco, que consiste em um diagnóstico da instituição parceira sobre os conhecimentos que devem ser protegidos e as vulnerabilidades da organização, as iniciativas estratégico-integrativas da Gestão da Informação e do Conhecimento possibilitarão agilidade na identificação de aspectos relacionados à organização, tais como integração comunicacional; integração institucional; integração por processos; integração organizacional e integração tecnológica, objetivando minimizar as fontes de ameaças e fortalecer a segurança institucional.

Nesta etapa, realiza-se a avaliação dos sistemas de proteção para a identificação de vulnerabilidades, através de medidas corretivas dos quatro segmentos:

1. **Proteção Física:** a abordagem organizacional da GIC, numa visão estratégica, contribui com a identificação de vulnerabilidades na estrutura organizacional que compreende os aspectos físicos, nos quais o produto, o processo, o sistema e a organização estão inseridos, proporcionando, simultaneamente, uma integração organizacional que contém componentes estratégicos de informação, conhecimento e tecnologia como vantagens competitivas e ativos que devem ser salvaguardados.
2. **Proteção na Gestão de Pessoas:** a abordagem humana da GIC, numa visão estratégica, contribui com a identificação de vulnerabilidades e fortalecimento dos componentes humanos, através de uma integração comunicacional que contém componentes relacionados a competência, comportamento, cultura, compartilhamento e aprendizagem organizacional. Essa abordagem, aliada à abordagem econômico-financeira, proporciona também uma integração institucional relacionada à propriedade intelectual, ao capital intelectual e aos ativos intangíveis que devem ser protegidos.
3. **Proteção de Documentos:** a abordagem metodológica da GIC, numa visão estratégica, contribui com a identificação de ameaças no processo de produção do conhecimento de Inteligência, que utiliza técnicas de diversas áreas do conhecimento, gerando documentos sensíveis. Essa abordagem, aliada à abordagem tecnológica da GIC, proporciona uma integração tecnológica que apoia a integração por processos, através de uma gestão eletrônica de documentos sensíveis. Além de proteger os processos de elaboração, manuseio, trânsito, difusão, armazenamento e descarte desses documentos, visa contribuir com a integração entre o produto, o processo, o sistema e a organização, objetivando o compartilhamento do fluxo informacional e o alinhamento estratégico organizacional.
4. **Proteção de Sistemas de Informação:** a abordagem sistêmica da GIC, numa visão estratégica, aliada à abordagem humana, metodológica e tecnológica, visa contribuir não somente no aspecto da segurança da informação, da implementação de suas políticas, mas busca promover a integração comunicacional, a integração por processos e a integração tecnológica da instituição no contexto informacional estratégico em que ela está inserida, no

sentido de integrar produto, processo, sistema e organização, objetivando a produção de conhecimento de inteligência que dê suporte ao processo decisório estratégico da alta cúpula da instituição.

A etapa de Acompanhamento consiste no acompanhamento e avaliação da execução do programa. Na integração estratégica da gestão da informação e do conhecimento, iniciativas de normatização de processos e classificação de informação e documentos sensíveis – aliadas à Inteligência Estratégica – podem se basear no monitoramento contínuo e dinâmico da organização e do ambiente, na manutenção do alinhamento estratégico que vise à vantagem competitiva e no ciclo permanente de controle das abordagens da GIC aplicadas na instituição, através de indicadores de desempenho. Essa etapa é fundamental para o aprimoramento do sistema de proteção dos conhecimentos sensíveis da instituição parceira da Abin.

Em síntese, a integração estratégica da GIC da instituição parceira da Abin, no PNPC, contribuirá com o dimensionamento adequado das necessidades institucionais de proteção relativos aos benefícios diretos e indiretos nas melhorias obtidas nos processos de gestão da informação sensíveis que podem ser aplicadas analogamente à gestão de dados e conhecimentos não sensíveis, resultando em aperfeiçoamento em toda a cadeia de produção e gestão dos conhecimentos da organização.

6.3 Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico

A Categoria **Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico** caracteriza-se pelo aspecto econômico-técnico-científico da Gestão da Informação e do Conhecimento com a Inteligência Econômica.

O monitoramento dos ambientes informacionais econômicos (tecnológico, financeiro, fiscal e mercadológico) aliado à atividade de Contraineligência de Estado – especificamente seu segmento denominado segurança orgânica – promovem um conjunto de ações de busca, tratamento, difusão e proteção de informações estratégicas que subsidiam o processo decisório de diferentes atores econômicos, tanto nas esferas empresariais como nas governamentais. Esse conjunto de medidas objetiva prevenir e obstruir ameaças de qualquer natureza relacionadas à

proteção de recursos humanos, proteção das áreas e instalações, proteção do material e proteção do conhecimento.

Nesse contexto da segurança orgânica, da Contrainteligência de Estado, a proteção do conhecimento abrange o PNPC por se tratar de medidas que visam à proteção de conhecimentos sensíveis, sigilosos e estratégicos. Entretanto, destacamos a necessidade do compartilhamento informacional, fundamental para a promoção da inovação na esfera econômica de uma nação. Por isso, as iniciativas de proteção desses conhecimentos deverão objetivar a cultura de proteção, mantendo o estímulo à inovação.

Conforme defendem os autores Castro e Santos (2013), o fortalecimento da cultura de proteção dos conhecimentos sensíveis é fundamental na preservação dos interesses econômicos e de segurança nacional e, corroborando com essa ideia, Balué e Nascimento (2006) enfatizam a proteção do conhecimento sob o enfoque da Inteligência Econômica e, por isso, medidas especiais de proteção devem ocorrer simultaneamente, como o monitoramento do ambiente externo, no sentido de desenvolver uma política de segurança econômica.

No campo da Ciência da Informação, a GIC aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contrainteligência de Estado, especificamente no PNPC, é fundamental para a produção do conhecimento de Inteligência que, além de gerar vantagem competitiva ao país, também proteja as informações científicas e tecnológicas sensíveis voltadas para a atividade produtiva, o que denominamos gestão das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis, a partir da identificação de interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, que podem contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, através do PNPC, em suas áreas de atuação.

As abordagens da GIC aliada à Inteligência Econômica, com enfoque no monitoramento informacional econômico, visam contribuir com a implementação do PNPC, em suas três fases, incluindo as medidas de proteção dos seus segmentos.

Na etapa inicial de Sensibilização, em que são desenvolvidas atividades de conscientização sobre a importância dos conhecimentos sensíveis, para todos os colaboradores da instituição parceira, é fundamental que os colaboradores da instituição detentora de conhecimentos sensíveis compreendam como uma gestão da informação e do conhecimento, eficiente e eficaz, aliada à Inteligência

Econômica, no contexto organizacional, pode contribuir com o aperfeiçoamento da cadeia de produção e gestão dos conhecimentos relacionados aos aspectos econômico-tecnológico; econômico-financeiro; econômico-fiscal e; econômico-mercadológico, a partir do monitoramento do ambiente informacional econômico no qual a instituição está inserida, tanto no aspecto macroeconômico como no aspecto microeconômico.

Na Etapa de Avaliação de Risco, que consiste em um diagnóstico da instituição parceira sobre os conhecimentos que devem ser protegidos e as vulnerabilidades da organização, o monitoramento do ambiente econômico informacional deve ser integrado com a gestão das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis da instituição, objetivando o aprimoramento dessa gestão, a partir da:

- obtenção de informações científicas e tecnológicas sensíveis da atividade produtiva na qual a instituição está inserida, apoiada pelo sistema de Inteligência Econômica o qual produz conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório;

- obtenção de informações financeiras relacionadas ao ambiente macroeconômico e microeconômico do setor em que a instituição está inserida, apoiada pelo sistema de Inteligência Financeira, o qual produz conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório;

- obtenção de informações fiscais relacionadas ao ambiente macroeconômico e microeconômico do setor em que a instituição está inserida, apoiada pelo sistema de Inteligência Fiscal, o qual produz conhecimento de inteligência que apoie o processo decisório;

- obtenção de informações mercadológicas relacionadas ao ambiente macroeconômico e microeconômico em que a instituição está inserida, apoiada pelos sistemas de Inteligência Competitiva, que busca o desenvolvimento de vantagem competitiva em relação aos concorrentes; Inteligência de Negócios, que objetiva a integração entre organizações, e Inteligência Estratégica ou de Mercado, que objetiva a elaboração e o desenvolvimento de cenários futuros. Todos esses sistemas devem produzir conhecimento de Inteligência que apoie o processo decisório.

Vale ressaltar que, em todas as fases do PNPC, o Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico se relaciona, intrinsecamente, com a Integração Estratégica da GIC e, conseqüentemente, com o Contexto Informacional Estratégico da Instituição parceira da Abin.

Nesta etapa, realiza-se a avaliação dos sistemas de proteção para a identificação de vulnerabilidades, através de medidas corretivas dos quatro segmentos:

1. **Proteção Física:** a abordagem organizacional da GIC aliada à segurança orgânica da Contraineligência de Estado e à Inteligência Econômica contribuem com a identificação de vulnerabilidades na estrutura organizacional, que compreendem aspectos físicos tais como as áreas e instalações onde os conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis se encontram. O monitoramento do ambiente informacional econômico, nos locais onde há o conhecimento a ser protegido da organização, objetiva proporcionar ações corretivas de forma a preservar os interesses econômicos da instituição e da nação, mediante uma integração estratégica da GIC voltada para a salvaguarda dos componentes estratégicos de informação, conhecimento e tecnologia que são ativos da instituição considerados como vantagem competitiva para nosso país.
2. **Proteção na Gestão de Pessoas:** a abordagem humana da GIC aliada à segurança orgânica da Contraineligência de Estado e à Inteligência Econômica contribuem com a identificação de vulnerabilidades e fortalecimento dos componentes humanos, na estrutura organizacional, que compreende os detentores de conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis. O monitoramento do ambiente informacional econômico, científico e tecnológico objetiva o fortalecimento de uma cultura de Inteligência Econômica na instituição. Essa abordagem, aliada à abordagem econômico-financeira, mediante uma integração estratégica da GIC, proporciona também uma integração institucional relacionada à propriedade intelectual, ao capital intelectual e aos ativos intangíveis que devem ser protegidos.
3. **Proteção de Documentos:** a abordagem metodológica da GIC aliada à segurança orgânica da Contraineligência de Estado e à Inteligência

Econômica contribuem com a identificação de ameaças no processo de produção do conhecimento científico e tecnológico sensíveis, que utiliza técnicas de diversas áreas do conhecimento, gerando documentos sensíveis. O monitoramento do ambiente informacional econômico, científico e tecnológico objetiva salvaguardar esses documentos. Entretanto, aliada à abordagem tecnológica da GIC, proporciona uma integração tecnológica que apoia a integração por processos, através de uma gestão eletrônica de documentos sensíveis. Além de proteger os processos de elaboração, manuseio, trânsito, difusão, armazenamento e descarte desses documentos, visa contribuir com a integração entre os detentores, o meio e o local onde esses documentos sensíveis são produzidos, aprimorando o compartilhamento do fluxo informacional dentro da instituição, para a salvaguarda de documentos sensíveis para a nação.

4. Proteção de Sistemas de Informação: a abordagem sistêmica da GIC aliada à segurança orgânica da Contraineligência de Estado e à Inteligência Econômica visam contribuir com a segurança das informações econômicas, científicas e tecnológicas sensíveis, garantindo a salvaguarda dos conhecimentos sensíveis, por meio do Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico da instituição, tanto no aspecto macroeconômico como no aspecto microeconômico. Esse monitoramento objetiva promover uma gestão das informações e dos conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis, juntamente com a integração comunicacional, tecnológica, de pessoas e de processos, no contexto estratégico informacional da instituição e com o ambiente sistêmico aberto aos aspectos: econômico-tecnológicos, econômico-financeiros, econômico-fiscais e econômico-mercadoológicos – característicos dessa categoria de análise.

A etapa de Acompanhamento consiste no acompanhamento e avaliação da execução do programa. O monitoramento do ambiente informacional econômico da instituição, juntamente com a integração estratégica da GIC, as iniciativas de normatização de processos e classificação de informação e documentos sensíveis – aliadas à Inteligência Econômica – contribuem com a eficiência e eficácia da gestão das informações e dos conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis, por meio

do aprimoramento contínuo do sistema de proteção dos conhecimentos sensíveis da instituição parceira da Abin, garantindo a salvaguarda dos detentores do conhecimento, do suporte físico que o contém, do meio que o veicula e dos locais em que se encontram pessoas, documentos, materiais, os meios de tecnologia da informação e as áreas de instalações.

Em síntese, o monitoramento do ambiente informacional econômico da instituição parceira da Abin, no PNPC, no contexto da Contraineligência de Estado, devido à natureza preventiva e reativa dessa atividade, conforme explicado no capítulo 3, está nitidamente entrelaçada com a cadeia conceitual inter e transdisciplinar do campo de conhecimento da CI, especialmente a GIC, que busca integrar os sistemas de informação, de conhecimento e de inteligência – com a Abin como órgão central do Sisbin – para facilitar a interoperabilidade entre eles e, conseqüentemente, apoiar o processo de tomada de decisão de diferentes atores econômicos, nas esferas empresarial e governamental, de forma a proteger o conhecimento para o seu devido compartilhamento. As características dessa categoria de análise também contribuirão com o dimensionamento adequado das necessidades institucionais de proteção relativos aos benefícios diretos e indiretos nas melhorias obtidas nos processos de gestão da informação sensíveis, que podem ser aplicadas analogamente à gestão de dados e conhecimentos não sensíveis, resultando em aperfeiçoamento em toda a cadeia de produção e gestão dos conhecimentos da organização. É nesse contexto que as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, aplicadas no PNPC, poderão fortalecer institucionalmente, de maneira sistêmica, uma cultura de Inteligência Econômica, Inteligência Financeira, Inteligência Fiscal, Inteligência Mercadológica: Competitiva, de Negócios, Estratégica, de Mercado, Organizacional e Empresarial.

6.4 Integridade do Patrimônio Nacional

A categoria **Integridade do Patrimônio Nacional** caracteriza-se pelo contexto informacional amplo em que o patrimônio está inserido, ou seja, pelo conceito de que o patrimônio cultural brasileiro, considerado estratégico para a nação, relativo aos interesses e à segurança do Estado, abrange os conhecimentos sensíveis.

Nesse sentido, o patrimônio nacional deve ser salvaguardado – tendo a Ética como princípio – através da Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis aliada à Metodologia de Análise de Riscos, seja no âmbito de patrimônio ambiental, científico e tecnológico como no âmbito de patrimônio cultural. Este, contido no conceito de integridade do patrimônio nacional.

Conforme vimos no capítulo 4, a abrangência do conceito de patrimônio cultural é fundamental para a aplicabilidade de sua salvaguarda no contexto do PNPC, pois, além de se integrar ao patrimônio universal, também está contido no patrimônio nacional, como expressões do Poder Nacional, principalmente, as expressões ambientais, econômicas, científicas e tecnológicas. Por isso, a Abin, juntamente com as instituições parceiras, das mais diversas áreas, devem produzir conhecimento de Inteligência em função dessas expressões, ou seja, as informações produzidas devem permitir a análise e a interpretação de toda a sua fenomenologia, apoiada pelos sistemas de inteligência, Sisbin e Disbin, no processo de tomada de decisões, nos âmbitos nacional e internacional.

O contexto informacional estratégico, a integração estratégica da GIC e o monitoramento do ambiente informacional econômico poderão contribuir com a integridade do patrimônio nacional, na produção de Inteligência, também, em função das Expressões do Poder Nacional.

A Salvaguarda do Patrimônio Nacional, identificada como uma interface existente entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, é fundamental para a preservação da identidade nacional, compreendida, nesta pesquisa, como uma iniciativa essencial para o fortalecimento de uma cultura de proteção do conhecimento sensível, que deve ser reconhecido pela sociedade como um Bem de Valor para o homem.

A Integridade do Patrimônio Nacional, numa abordagem abrangente, integrada às Expressões do Poder Nacional, visa contribuir com a implementação do PNPC, em suas três fases, incluindo as medidas de proteção dos seus segmentos.

Na etapa inicial de Sensibilização, em que são desenvolvidas atividades de conscientização sobre a importância dos conhecimentos sensíveis para todos os colaboradores da instituição parceira, é fundamental que os colaboradores da instituição detentora de conhecimentos sensíveis compreendam como a Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis aliada à

produção do conhecimento de Inteligência em função das Expressões do Poder Nacional, no contexto organizacional podem contribuir com o aperfeiçoamento da cadeia de produção e gestão dos conhecimentos considerados de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento nacional, relacionados ao patrimônio nacional, especificamente aqueles cuja salvaguarda está sob a responsabilidade da instituição parceira da Abin, no PNPC.

Na Etapa de Avaliação de Risco, que consiste em um diagnóstico da instituição parceira sobre os conhecimentos que devem ser protegidos e as vulnerabilidades da organização, a integridade do patrimônio nacional, articulada com o contexto informacional estratégico, a integração estratégica da GIC e o monitoramento do ambiente informacional econômico, e integrada com a gestão das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis da instituição proporcionam o aprimoramento da salvaguarda de informações relativas às áreas de atuação do PNPC, contempladas no capítulo 4.

A Metodologia de Análise de Riscos, no contexto da Integridade do Patrimônio Nacional, seja tanto no âmbito do patrimônio econômico, ambiental quanto científico e tecnológico, é fundamental na avaliação de riscos tais como espionagem, vazamento, sabotagem e sinistro.

Nesta etapa, realiza-se a avaliação dos sistemas de proteção para a identificação de vulnerabilidades, através de medidas corretivas dos quatro segmentos:

1. Proteção Física: a avaliação de risco, especificamente a sabotagem e o sinistro como fontes de ameaça, contribui com a identificação de vulnerabilidades na integridade do patrimônio organizacional, que compreende os aspectos físicos tais como as áreas e instalações onde o patrimônio econômico, ambiental, científico e tecnológico se encontram. Esses locais devem ser protegidos pela organização, objetivando proporcionar ações corretivas de forma a preservar os interesses estratégicos da instituição e da nação.
2. Proteção na Gestão de Pessoas: a salvaguarda patrimonial da instituição contribui com a preservação da identidade nacional,

com a identificação de vulnerabilidades e fortalecimento dos componentes humanos, na estrutura organizacional que compreende os detentores de conhecimentos relacionados ao patrimônio econômico, ambiental, científico e tecnológico. A integridade do patrimônio nacional objetiva o fortalecimento institucional de uma cultura de salvaguarda patrimonial.

3. **Proteção de Documentos:** a Ética como princípio contribui com a identificação de ameaças a documentos sensíveis, relacionados ao patrimônio econômico, ambiental, científico e tecnológico, e promove uma cultura de lealdade à Nação, no sentido de preservar o patrimônio nacional e institucional. A integridade do patrimônio nacional objetiva salvaguardar, no contexto informacional em que a instituição se encontra, documentos sensíveis relacionados às informações relativas às áreas de atuação do PNPC. Entretanto, aliada à abordagem tecnológica da GIC, proporciona uma integração tecnológica que apoia a integração por processos, através de uma gestão eletrônica de documentos sensíveis. Além de proteger os processos de elaboração, manuseio, trânsito, difusão, armazenamento e descarte desses documentos, visa contribuir com a integração entre os detentores, o meio e o local onde esses documentos sensíveis são produzidos, aprimorando o compartilhamento do fluxo informacional dentro da instituição, para a salvaguarda de documentos relativos à integridade patrimonial.
4. **Proteção de Sistemas de Informação:** o conceito abrangente de patrimônio cultural brasileiro contribui para a produção de conhecimento de Inteligência em função das Expressões do Poder Nacional. A integridade do patrimônio nacional aliada à abordagem sistêmica da GIC visam contribuir com a segurança das informações e a produção do conhecimento de Inteligência relacionados ao patrimônio econômico, ambiental, científico e tecnológico, garantindo a salvaguarda desses conhecimentos sensíveis. A integridade do patrimônio nacional, por meio do

contexto informacional amplo em que o patrimônio da instituição está inserido, objetiva apoiar o processo de tomada de decisões estratégicas, de maneira integrada, sistêmica e dinâmica.

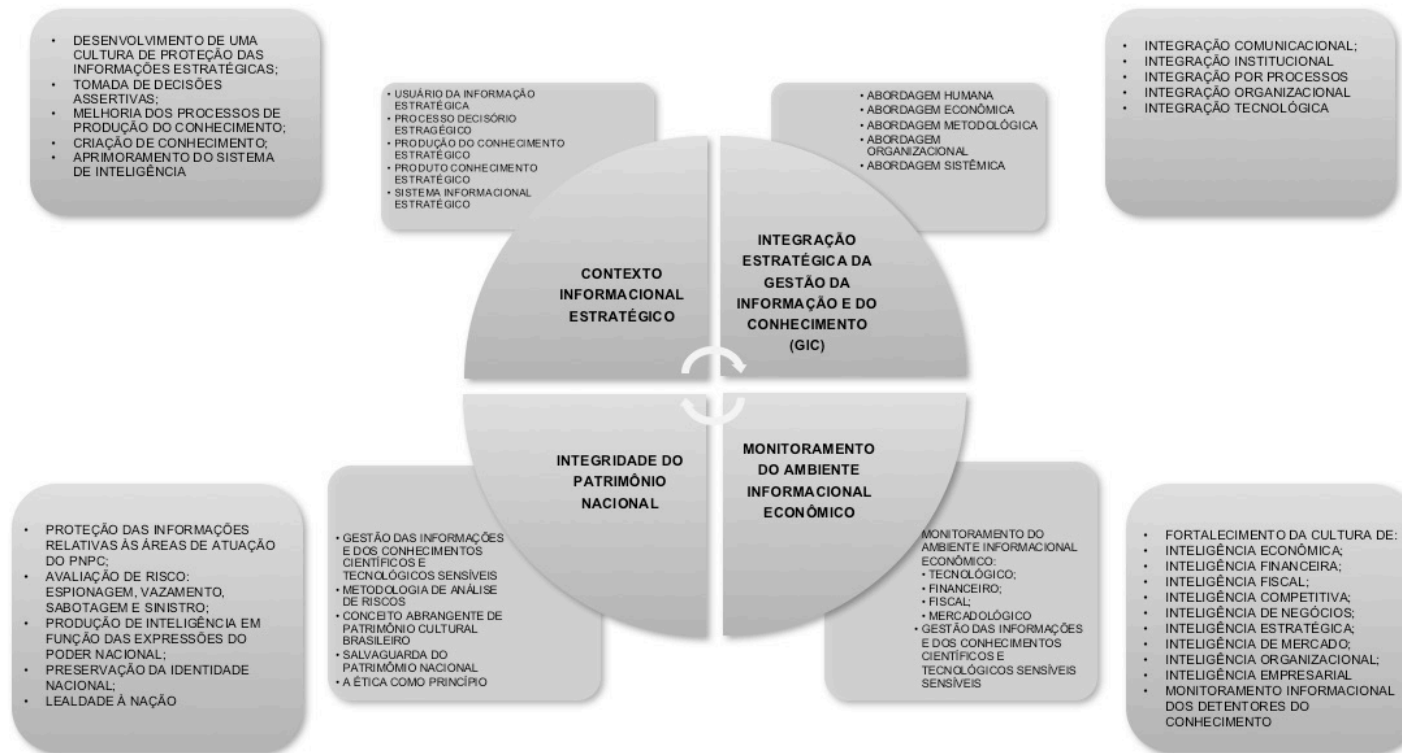
A etapa de Acompanhamento consiste no acompanhamento e avaliação da execução do programa. A integração do patrimônio nacional aliada à produção do conhecimento de Inteligência em função das Expressões do Poder Nacional objetivam contribuir com as iniciativas de normatização de processos e classificação de informação e documentos sensíveis, relacionados à salvaguarda patrimonial, o que contribui com a eficiência e eficácia da gestão das informações e dos conhecimentos científicos e tecnológicos sensíveis, por meio do aprimoramento contínuo do sistema de proteção dos conhecimentos sensíveis da instituição parceira da Abin, garantindo a salvaguarda dos detentores do conhecimento inerente ao patrimônio econômico, ambiental, científico e tecnológico, do suporte físico que o contém, do meio que o veicula e dos locais em que se encontram pessoas, documentos, materiais, os meios de tecnologia da informação e as áreas de instalações.

Em síntese, a integração do patrimônio nacional, vinculado às Expressões do Poder Nacional e aplicadas ao PNPC, da Abin, contribuem com a salvaguarda patrimonial da instituição e, conseqüentemente, com os interesses estratégicos da Nação. Conforme explicado no capítulo 4, esse conceito tem o Bem Comum como objetivo-síntese, e a preservação da identidade nacional – além de ser uma iniciativa essencial para a integridade do nosso patrimônio – também promove o fortalecimento de uma cultura de proteção desse conhecimento em reconhecimento pela Abin como sensível, por ser de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento nacional.

6.5 Esquema Sintético das Categorias de Análise Aplicadas ao PNPC

O objetivo desse subcapítulo é de facilitar a visão sistêmica e integrada das quatro categorias que se inter-relacionam, a partir das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado e que contribuem com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, conforme nossas análises desenvolvidas no estudo de caso do PNPC.

FIGURA 6 - Esquema Sintético das Categorias de Análise Aplicadas ao PNPC



Fonte: Elaborada pela autora, a partir das iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, aplicáveis ao PNPC, fundamentadas nas categorias de análise e interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado e discutidas no estudo de caso apresentado neste capítulo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar informacional dos fenômenos relacionados à proteção do conhecimento sensível, por meio do PNPC, foram analisados mediante o contexto informacional da Atividade de Inteligência, a visão estratégica da Gestão da Informação e do Conhecimento, o aspecto preventivo da Contraineligência de Estado e a abordagem abrangente do Patrimônio.

A análise do contexto informacional da Atividade de Inteligência, norteada pelo pressuposto de que a Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo dessa Atividade, foi fundamentada no propósito do agir-ético-político do sistema de Inteligência como apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas. Dessa forma, a contribuição às iniciativas de proteção do conhecimento sensível aprimora esse sistema como apoio ao processo decisório do Estado.

Nesse sentido, a categoria Contexto Informacional Estratégico sintetiza interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que, correlacionada às medidas especiais de proteção do conhecimento sensível, no PNPC, buscou contribuir com iniciativas tais como: o desenvolvimento de uma cultura de proteção das informações estratégicas; a melhoria dos processos de produção do conhecimento, o incentivo à criação de conhecimento e o aprimoramento do sistema de Inteligência.

A análise da visão estratégica da Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.

A pesquisa demonstra a necessidade do compartilhamento do conhecimento pela visão integrativa da GIC. Cabe ressaltar, que essa abordagem relaciona o trinômio – Informação, Conhecimento e Inteligência.

Nesse contexto, a categoria Integração Estratégica da GIC sintetiza algumas interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que, por meio de nossas análises e pelo estudo da estrutura do PNPC, nos permitiu deduzir que a integração

comunicacional-institucional entre a Abin, o Sisbin, o Disbin e suas instituições parceiras contribui com o compartilhamento de toda o fluxo informacional dessa cadeia de inteligentes coletivos.

A análise do aspecto preventivo da Atividade de Contraineligência de Estado, aliada à Inteligência Econômica, contribuiu para uma maior compreensão das iniciativas explicitadas no PNPC, fundamentada no Monitoramento do Ambiente Informacional das instituições parceiras da Abin.

O monitoramento desse ambiente informacional, realizado pelas instituições detentoras de conhecimentos sensíveis, se baseia em cenários macro e micro econômicos.

Nesse sentido, a categoria Monitoramento do Ambiente Informacional Econômico sintetiza interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado onde relacionamos as iniciativas do PNPC, agregando valor informacional à Gestão das Informações e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Sensíveis que promove o fortalecimento de uma cultura de Inteligência Econômica institucional.

Nossas análises demonstraram que as interfaces identificadas no constructo teórico também contribuem com a metodologia de análise de risco, apoiando a identificação de ameaças e vulnerabilidades institucionais que subsidiam o processo decisório de diferentes atores econômicos, nas esferas empresarial e governamental.

A análise da abordagem abrangente do Patrimônio, norteada pelo pressuposto de que o Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, se baseou nas Expressões do Poder Nacional, especificamente, as Expressões Econômicas, Científicas e Tecnológicas, integrando os recursos humanos, naturais e materiais, com as Instituições Econômicas e de C&T, tendo o Bem Comum como objetivo síntese.

O Conhecimento de Inteligência pode ser produzido em função dessas Expressões do Poder Nacional, abrangendo seus fundamentos, fatores e órgãos, sob o olhar dos fenômenos informacionais, tendo em vista propiciar subsídios que orientem a Política Nacional, nos âmbitos nacional e internacional, para a salvaguarda patrimonial.

A categoria Integridade do Patrimônio Nacional sintetiza interfaces entre a CI e a Inteligência de Estado que, relacionadas ao PNPC em nossas análises, nos deram suporte para inferirmos que – o conceito abrangente de patrimônio cultural brasileiro e a salvaguarda patrimonial – aliadas à Ética como Princípio, visam contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível tais como: a prevenção de sinistros, a preservação da identidade nacional, a lealdade à Nação e à valorização de uma cultura de proteção desses conhecimentos reconhecidos como um Bem de Valor para o Homem.

A abordagem inter e transdisciplinar, a visão sistêmica e a integração entre produto, processo e organização, inerentes à Ciência da Informação nos permite correlacionar as quatro categorias que foram analisadas, dedutivamente, por meio do constructo teórico desenvolvido nesta pesquisa, de modo a dar sentido às iniciativas de proteção dos conhecimentos sensíveis, agregar valor informacional estratégico à estrutura do PNPC e refletir, criticamente, sobre os fenômenos observados durante todo o processo do estudo de caso, proposto nesta pesquisa.

O intuito, em todo o processo de construção de conhecimento na pesquisa, foi; além de buscar contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, a partir de nossas análises; também promover a abertura do diálogo, o estímulo à reflexão e a promoção da interdisciplinaridade.

Esses valores, aliados aos conceitos – do Homem como Ser Social, da Informação e do Conhecimento como elementos da Cultura e a Ciência da Informação como um campo de estudo, cujo objeto demanda diversidade em suas abordagens – buscamos estimular o compartilhamento de conhecimentos, a troca de experiências e um ambiente de aprendizagem contínua condizente com os processos de Invenção e Inovação.

Com o aprofundamento dos temas apresentados nesta pesquisa, propomos refletir sobre a integração da Ciência da Informação com as áreas de conhecimento aqui abordadas, de maneira a estimular estudos futuros e contribuir com a melhoria do Saber-Fazer de técnicas inovadoras que visem a construção de modelos, metodologias e representações do conhecimento, relacionadas às Atividades de Inteligência.

Cabe destacar a importância do Saber-Agir ético-político para os estudos que visem o diálogo cooperativo entre Estado, Mercado e Sociedade; de forma democrática, participativa e solidária, voltados para o desenvolvimento Socioeconômico da nossa Nação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível (PNPC)**. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=242#im-plementacao>. Acesso em: 27 maio.2014.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Coordenação-Geral de Documentação e Informação. **Proteção de conhecimentos sensíveis e sigilosos**. Brasília: Abin, 2007. 146 p. (Série Coletânea de legislação; n. 4).

BALUÉ, I.; NASCIMENTO, M.S.O. Proteção do Conhecimento: uma questão de contrainteligência de estado. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília. v. 2, n. 3, p. 83-94, set. 2006.

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Inf . Inf .** , Londrina, v. 1, n. esp., p. 1-25, 2008.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Condição da Informação. **São Paulo Perspec.** São Paulo. v.16, n.3, p. 67-74, 2002.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. **D.O.U.** de 16.9.2002a. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm. Acesso em 28 abril. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e das Gratificações de Representação da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **D.O.U** de 25.3.2008. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007/2010/2008/Decreto/D6408.htm. Acesso em 28 abril. 2015.

BRASIL. Decreto no 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883,

de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. **D.O.U.**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 2002b.

BRASIL. Decreto no 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **D.O.U.**, Brasília, 30 dez. 2002c.

BRASIL. Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. **D.O.U.**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1999.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. **D.O.U.** 8.12.1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm. Acesso em 28 abril. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa Assessoria de Doutrina e Legislação. Glossário das forças armadas. 4.ed. Brasília: Ministério da Defesa:2007, 279p. (Aprovado pela Portaria Normativa 196/EMD/MD, de 22/02/2007). Disponível em : http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf. Acesso em 20 jul 2016.

BRITO, V.P. **Poder Informacional e Desinformação**. 2015. 530f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CASTRO, A.L.D; SANTOS, A.C.F. Inteligência e proteção de conhecimentos sensíveis no Brasil. In. BRANDÃO, P.C; CEPIK, M. (Org.) **Inteligência de Segurança Pública**: teoria e prática no controle da criminalidade. Ed. Impetus, 2013. p.51-78.

CASTRO,A.L.D. **A Proteção de Conhecimentos Sensíveis no Brasil**: uma proposta para ampliar a atuação do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível da Agência Brasileira de Inteligência. 2009. Especialização (Monografia em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública com Inteligência Competitiva), Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais em parceria com o Centro Universitário Newton Paiva.2009.

CERÁVOLO, S.M. Delineamentos para **uma** teoria da Museologia. **An. mus. paul.**, São Paulo , v. 12, n. 1, p. 237-268, dez. 2004 .Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142004000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em jun. 2016.

CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões; tradução Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac, 2003. cap. 1 e 6, p. 27-61 e 327-380.

CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN. **Manual de Inteligência**: Doutrina Nacional de Inteligência - Bases Comuns. Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 2004, 44p, p.12.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual da Escola Superior de Guerra**: Manual Básico. Rev., atual. Rio de Janeiro: ESG, 2013.3 v.

FERNANDES, F.C. inteligência e gestão estratégica: uma relação sinérgica. **Revista Brasileira de Inteligência**.n.7, jul.2012, p.21-30.

GARVIN, D. A. Building a learning organization. **Harvard Business Review**. v. 71, n. 4, p. 78-91. jul-ago 1993.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**.5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J.B. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GRANATO, M.; CÂMARA, R.N. Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, C.R.; (Org.) *et al.* **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.172-200.

POULOT, D. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, C.R.; (Org.) *et al.* **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. 26-43.

KERR PINHEIRO, M.M. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.61-77, jan/jun. 2012.

KERR PINHEIRO, M; BRITO, V.P. Inteligência Competitiva e Inteligência Governamental: Similaridades e Diferenças. In: BRANDÃO, P.C; CEPIK, M. (Org.) **Inteligência de Segurança Pública: teoria e prática no controle da criminalidade**. Niterói: Impetus, 2014. p.51-78.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, D.F. C.; COSTA, I.F. R. **Ciência da Informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos: subsídios à linguagem documentária**. In: CIFORM, 7, 2007. Salvador. 14p.

MARTELETO, R.M. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA ,M.L.G.; ASA FUJINO, D.P.N.(Orgs.). **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007.318 p. Cap. 1, p.13-26.

MACIEL, Rodrigo Fileto Cuerci; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Pirâmides do Conhecimento: abordagens comparativas entre Ciência da Informação e Inteligência de Estado. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa. v. 8, n. 1, p. 29-39, 2013.

MYNAIO, M.C.S.; GOMES. S.F.D. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, M.SO. **Proteção ao Conhecimento: uma proposta de fundamentação teórica**.2008,181f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2008.

NASCIMENTO, N. J. **Avaliação de sites sobre gestão do conhecimento na World Wide Web: um estudo exploratório**. 2000, 139f.Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Biblioteconomia.2000.

OTLET, P. *apud*. BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Inf . Inf .** , Londrina, v. 1, n. esp., p. 1-25, 2008.

PAIM, I; BARBOSA, RR. Da Gerência de Recursos Informacionais à Gestão do Conhecimento. In: PAIM, Isis (Org.). **A Gestão da Informação e do Conhecimento**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003. Cap. 1, p. 7-31.

POULOT, D. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, C.R.; (Org.) *et al.* **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.26-43.

SANDOVAL, M. La Inteligencia Económica: La Función y el Papel del Gobierno. **Puzzle – Revista Hispana de la Inteligencia Competitiva**. Barcelona, n.22. p.16-23. Mayo-Julio 2006.

SANTILLI, J. **Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção**. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, II, 26 a 29 de maio de 2004 ,Indaiatuba - São-Paulo. 25p. Disponível em : http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/juliana_santilli.pdf. Acesso em jun 2016.

SANTOS, A.C.F. **Antecedentes históricos da proteção do conhecimento na Agência Brasileira de Inteligência (Abin): O Estágio de Proteção da Informação Empresarial (EsPIE)**. 2008. 120 f. Monografia (Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública com Direitos Humanos) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Isabella Moreira. **Atividade de Inteligência Aplicada às Organizações: uma abordagem relacional com a Política de Informação**. 2014. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SEVERINO. A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo:Cortez,2007.

STUDART. Denise. C. Debatedora, “Museus e Patrimônio Universal”, V Encontro ICOM-Brasil, Maio 2007, Recife

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SOUZA, E.D.; DIAS, E.W.; NASSIF, M.E. A Gestão da Informação e do Conhecimento na Ciência da Informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 55-70, jan./abr. 2011. disponível em : <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4039/5598>. Acesso em 20 jul 2016.

TARAPANOFF, K. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: TARAPANOFF, K.(Org.) **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: UNESCO/IBICT, 2006. p. 19-36.

TARAPANOFF, Kira (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UNB, 2001.

VALENTIM, M.L.; GELINSKI, J.V. Gestão do Conhecimento como parte do processo de Inteligência Competitiva Organizacional. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 41-59, jul/dez. 2005.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **Revista Outra Travessia**. UFSC, Florianópolis/SC, 2º semestre de 2005. Trad. Nilcéia Valdati. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso: 11.fev.2014.

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaços digitais. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 15, 2003. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edição_15/alvarenga_representação.pdf>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANALISTA DE INTELIGENCIA COMPETITIVA (ABRAIC). **Biblioteca**: Perguntas mais frequentes: 9. O que é Inteligência Competitiva? 2013. Disponível em: <http://abraic.org.br/>. Acesso em 20 set 2013.

AUN, M. P. **Antigas Nações, Novas Redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 209f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

BAEZA-YATES, R; RIBEIRO-NETO, Berthier. Modern information retrieval: the concepts and technology behind search. Second edition. Harlow: Addison Wesley, 2011. Cap. 1

BRITO, Vladimir de Paula. **O Papel Informacional dos Serviços Secretos** . 2011. 233f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. Journal of American Society for Information Science. n. 42, v.5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CEPIK, Marco .Regime Político e Sistema de Inteligência no Brasil: Legitimidade e Efetividade como Desafios Institucionais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro,. v. 48, n.1, p. 67-113. 2005.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **Terminologia do processo de inteligência competitiva**. Londrina: Eduel, 2006.

CORNELIUS, Ian. Theorizing information for Information science. *Annual Review of Information science and Technology*, v. 36, p. 393-425, 2002.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FULD, Leonard M. **Inteligência Competitiva: como se manter à frente dos movimentos da concorrência e do mercado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**.2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HJÖRLAND, Binger. Library and Information Science: practice, theory and philosophical basis. *Information Processing and management*, v. 36, p. 501-531, 2000.

KERR PINHEIRO, Marta M. Processo de Transformação das Políticas de Informação no Estado Informacional. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília: v.3, n.1, p.113-126, dez. 2010.

KERR PINHEIRO, Marta M.; MARQUES, Rodrigo M. Política de Informação Nacional e Assimetria de Informação no Setor de Telecomunicações Brasileiro. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte. v.16, n.1, p.65-91, jan./mar. 2011.

LIMA , Clóvis Ricardo Montenegro de. A pesquisa da política e da economia da informação na ciência da informação: Atualidades e Perspectivas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília. v. 1, n.1, 2008. Disponível em : <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/8/11>. Acesso em 20 jan 2014.

MACIEL, Rodrigo Fileto Cuerci. **A construção do conhecimento pela análise da Inteligência na crise dos mísseis de Cuba**. 2013.188f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2013.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro. v.7, n.2, set., 2011, p. 593 – 610 Disponível em : <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/392/320>. Acesso em 20 jan 2004.

MARQUES, Rodrigo Moreno. **Política de Informação Nacional e Assimetria de Informação no setor de telecomunicações brasileiro**.2009.131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes. A noção de documento de Otlet aos dias de hoje. **Datagramazero**, Revista de Ciência da Informação, v.11, n.2, abr. 2010.

PATRÍCIO, Jose Maria S. Os Fundamentos do Conhecimento de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência – Abin**. Brasília. n.5, p.87-100, out., 2009.

REIS, Alcenir Soares dos, CABRAL, Ana Maria Rezende (orgs). **Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>.

RENDÓN ROJAS, Miguel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

SILVA, T.E.; KERR PINHEIRO, M. M. Políticas de Informação no âmbito do ENANCIB: Comunicação oral.IN: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.12, BRASÍLIA. **Anais...**Políticas de Informação para a

Sociedade. Brasília, 23 a 26 de Outubro de 2011. GT 5 – Política e Economia da Informação.

SILVA, Joaquim Ramos. A Economia e a Política: uma relação em retrospectiva Instituto Superior de Economia e Gestão. IN: **Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura**, 115-128. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.1995. Disponível em : <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1292/1/jrs-1995.pdf>. Acesso em jan 2014.

WILSON, T. D. Information Behavior: an interdisciplinary perspective. **Information Processing & Management** v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

SARACEVIC,T. Information science. In: MARCIA J. Bates and Mary Niles Maack (Eds.) Encyclopedia of Library and Information Science. New York: Taylor & Francis. pp. 2570-2586.2009.

STEWART, T.A. **A Riqueza do Conhecimento**: o capital intelectual e a organização do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 517 p.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.